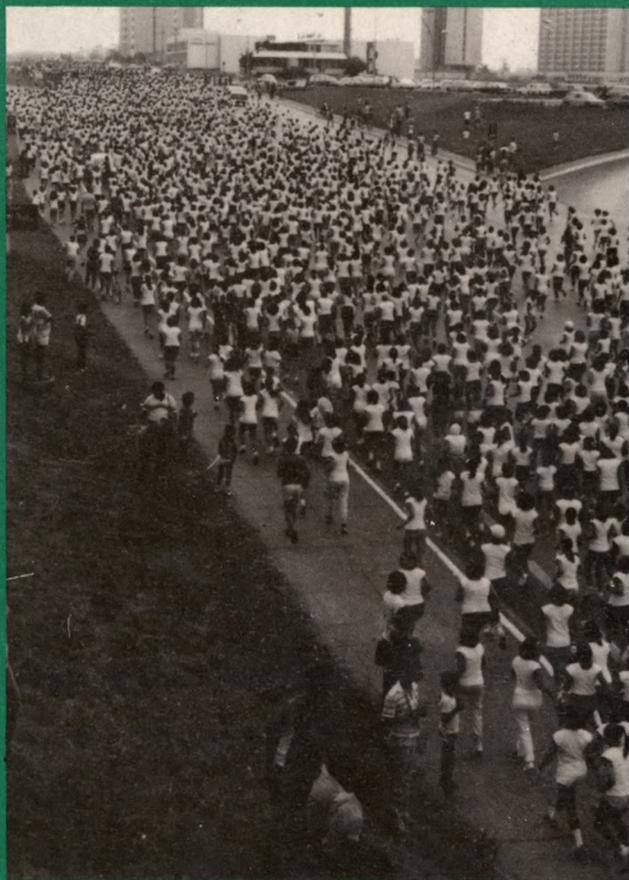


DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Construção da Cidadania



PROGRAMA NACIONAL DE

desburocratização



Editora Universidade de Brasília

A Construção da Cidadania

A noção de cidadania atinge as mais diversas formas da existência humana e foi procurando mostrar todas as questões emergentes destas formas de vida que se realizou o segundo seminário da série sobre *A Universidade Brasileira e a Constituinte*: um seminário voltado especialmente para *A Construção da Cidadania*. Organizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, entre novembro e dezembro de 1985, o seminário reuniu líderes sindicais, representantes de minorias indígenas e de grupos negros, feministas, jornalistas, psicólogos e professores em geral.

O objetivo foi analisar de que modo o cotidiano da vida de um cidadão brasileiro deve figurar no futuro texto constitucional. Quando se imagina o sem-número de situações em que é necessário o exercício da cidadania, poder-se-ia dizer que a partir do momento em que põe o pé fora de casa, o brasileiro está apto a ser um cidadão nem sempre, infelizmente, na plena posse dos seus direitos. São direitos, por exemplo, que se poderia definir como a cidadania das pequenas causas: o direito de ser pedestre é um deles. Um direito freqüentemente desrespeitado na maioria das grandes cidades brasileiras, mas que se exerce com o risco da própria vida.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A Construção da Cidadania

Organização

Departamento de Sociologia da UnB

Coordenação

João Gabriel Lima Cruz Teixeira

Programa Nacional de Desburocratização



Editora Universidade de Brasília

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização expressa do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1986 by Editora Universidade de Brasília

Equipe Técnica:

Capa: Magno Ernesto Cavalcanti

Coordenação de Produção:
Flávio Gonçalves da Rocha Castro

Revisão e Coordenação Gráfica:
Esmeraldino Henrique da Silva

ISBN 85-230-0211-1

Ficha catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Teixeira, João Gabriel Lima Cruz, ed.
A construção da cidadania. Brasília. Editora Universi-
dade de Brasília, c1986.
268 p.

Convênio PrND/UnB

T266c
342.71:321.7 (81) (061.3)

t

SUMÁRIO

Apresentação	7
A Cidadania do Trabalhador Urbano	9
A Cidadania do Trabalhador Rural	51
A Construção da Cidadania Feminina	91
A Cidadania e a Questão Étnica	129
A Cidadania e as Questões Emergentes	185
A Cidadania e os Meios de Comunicação	235

A CIDADANIA E A QUESTÃO ÉTNICA

Coordenador
Roque Laraia
(UnB)

Expositores
Eunice Paiva
(Comissão Pró-Índio – SP)

Marcos Terena
(Assessor para Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura)

Lélia Gonzalez
(Pontifícia Universidade Católica – RJ)

Carlos Hasenbalg
(IUPERJ-RJ)

COORDENADOR (Roque Laraia) – A dra. Alcida Rita Ramos, encarregada de coordenar esta Mesa, pediu-me que a substituisse, tendo em vista a sua convocação para uma reunião extraordinária do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade de Brasília, à qual não poderia faltar.

Então, é um prazer que eu tenho de abrir esta sessão e apresentar os professores convidados a participar desta Mesa.

É extremamente oportuno, numa época em que se está falando numa nova Constituição, que a idéia de uma nova Constituição seja correlacionada com a idéia de etnia, porque fazemos parte de um país que, na verdade, é um Estado multi-étnico e multinacional, e nenhuma das Constituições anteriores, independentes de sua legitimidade ou não, cogitou desse aspecto. A idéia sempre foi de um país único, de um país sem segmentações, tanto étnicas quanto de outro tipo. Realmente, durante muito tempo se constituía heresia falar-se em minorias étnicas e em nações indígenas, por exemplo. Todos sabíamos que havia um grande geopolítico, embora não se possa imaginar o que faz um geopolítico no século XX, mas que usou de seu poder, durante muito tempo, para vetar qualquer tentativa de se pensar em outro tipo de país, num país que privilegiasse as suas minorias e que reconhecesse o direito das nações indígenas à sua autonomia.

Em artigo recente, fiz uma comparação entre a situação indígena brasileira e a situação indígena norte-americana. Mostrei que, pelo menos do ponto de vista histórico, os Estados Unidos foram muito mais coerentes e muito mais honestos, no sentido de que sempre reconheceram as nações indígenas, mesmo que fosse para fazer a guerra. As nações indígenas tinham *status* de nação, e isso faz parte até da Constituição norte-americana, da única Constituição norte-americana, que diz, em um de seus artigos: “o Departamento de Estado deve negociar com as nações estrangeiras, e entre elas as nações indígenas”.

No Brasil, as nações indígenas sempre foram consideradas como tuteladas, e, pior do que isso, sempre foram consideradas como incapazes de qualquer tipo de diálogo com o governo e, de certa forma, passaram até a constituir uma ameaça à chamada integridade nacional.

Do mesmo modo, a população negra nunca teve seu direito reconhecido a partir do pressuposto da existência, no País, de uma chamada democracia racial. Sabemos que, no Brasil, a história brasileira, da sociedade brasileira, se constitui, se baseia em vários mitos. Um deles é o mito da democracia racial. O outro mito (que eu gosto sempre de lembrar) é

a famosa índole pacífica do povo brasileiro, que os fatos estão sempre negando. Oficialmente é um povo cordial, um povo pacífico.

É com prazer que coordeno esta Mesa. Há dois anos, creio que neste mesmo auditório, tive oportunidade de participar de uma Mesa, durante a reunião da Associação Brasileira de Antropologia, onde o assunto indígena e o assunto negro estiveram presentes. Lembro-me pelo menos da presença de Olímpio Serra e de outras pessoas aqui na Mesa, como Sílvio Coelho, e várias pessoas trataram deste assunto.

Primeiramente tem a palavra a dra. Eunice Paiva, que, como todos sabem, é advogada da Comissão Pró-Índio de São Paulo, e como também todos nós sabemos, esta Comissão é das mais atuantes na defesa dos interesses indígenas. Extremamente interessante essa associação que se faz na Comissão Pró-Índio entre advogados e antropólogos, mesmo porque sabemos que a única maneira hoje de defender os índios, de defender os seus interesses, é através da ação jurídica.

É muito significativo, voltando à minha comparação com a sociedade norte-americana, é muito significativo que grande parte dos jovens indígenas americanos, que estão chegando à universidade e que têm interesse político, esteja fazendo curso de Direito, e não curso de Antropologia, como se podia esperar.

No Brasil é importante essa associação, que começou em 78, entre os antropólogos, entre os membros do Movimento Indígena propriamente dito, os representantes das diferentes comunidades indígenas, e um grupo valoroso de advogados, entre os quais cito a dra. Eunice Paiva.

EUNICE PAIVA (Comissão Pró-Índio/SP) – Foi bom o dr. Roque ter dado essa explicação, porque costumam apresentar-me como professora, e estava contando aqui aos meus colegas que sou é advogada de contencioso, que não dá aula, o que, às vezes, me dá certa dificuldade de disposição. Hoje de manhã estava admirando a facilidade com que todos expuseram seus pontos de vista. Fico mais limitada ao meu texto escrito, porque, além de o assunto ser muito técnico e com tempo limitado, tenho medo de sair por aí e esquecer o principal.

Equacionarei o problema da cidadania dos índios dentro da legislação, da Constituição, do sistema jurídico, abordando alguns exemplos de determinadas questões que me chamaram a atenção.

Começando pelo capítulo da nacionalidade na Constituição, se diz simplesmente que todos os nascidos no Brasil são brasileiros e/ou também os estrangeiros que se naturalizarem. Então, a Constituição confunde dois conceitos: o da naturalidade e o da nacionalidade; naturalidade – conceito geográfico, do lugar onde a pessoa nasceu; nacionalidade – o vínculo que liga essa pessoa nascida neste território ao Estado. Perdeu também a nacionalidade no Estado moderno o conceito de nação politicamente organizada, que se transforma num Estado. O conceito nação, como vimos

hoje de manhã, está sendo substituído por povo. Não se exige mais que os nacionais de um país tenham a mesma origem étnica, a mesma religião, a mesma língua, as mesmas tradições, a mesma cultura e tenham aquele vínculo fundamental da nação, o vínculo de querer viver juntos em harmonia fraternal. Hoje se substitui pelo conceito de povo. Toda a pessoa que nasce no Brasil é considerada brasileira, a não ser que ela adote a sua nacionalidade de origem. Ao nascer, adquire os direitos civis, mas no exercício dos direitos civis vai adquirindo aos poucos, seguindo um conceito de maturidade. O brasileiro adquire a totalidade dos direitos civis e o seu exercício aos 21 anos, que consideram a maturidade.

A cidadania já é diferente. É o exercício dos direitos políticos, no sentido de votar, poder ser eleito, influir ou poder intervir no governo, nos órgãos do governo. Isso começa aos 18 anos, quando o brasileiro adquire o primeiro direito – ser eleitor. Mais tarde, aos 21 anos quando adquire a totalidade dos seus direitos civis, ele também adquire a totalidade dos seus direitos políticos.

Vamos ver em relação ao índio. O índio nasce, é brasileiro e adquire os seus direitos civis. Só que o índio não chega à chamada maturidade, porque existe uma restrição. O índio é considerado relativamente capaz no exercício de certos atos da vida civil. O índio pode votar, pode ser eleitor, mas não adquire a plenitude dos direitos civis e dos direitos políticos. Então, não se transforma num cidadão integral.

O que aconteceu no sistema brasileiro? Desde o descobrimento se encarava o fato de ser índio como uma coisa transitória, uma grande expectativa de que o índio se integrasse à população brasileira total e se formassem algumas coisas homogêneas, sobretudo pela necessidade que os colonizadores tinham da mão-de-obra indígena.

Chegou a nossa independência em 1822, quando havia necessidade de se organizar o novo Estado brasileiro. Já a primeira Constituição de 1824 declarava que eram cidadãos brasileiros todos que estavam no Território Nacional, nascidos no Brasil, ainda que ingênuos ou libertos, e os estrangeiros que até 6 meses depois da data da promulgação da Constituição não optassem pela sua nacionalidade de origem. Era a necessidade de que todos os habitantes do Brasil se transformassem na Nação brasileira. A Constituição de 1824, evidentemente, não fala nos índios. Nem as posteriores. A primeira vez que aparece remissão aos índios é na Constituição de 1934, para se referir aos territórios. O direito que os índios tinham sobre a posse das suas terras – “deverão ser respeitados os direitos dos índios”, aliás, não era dos índios, era dos silvícolas sobre as terras que eles habitavam. E é estranha essa história de aparecer silvícola na Constituição e não índio. A origem do termo “silvícola” remonta ao Código Civil, que é de 1916, o primeiro Código brasileiro levou anos para ser promulgado. Nos seus 1.800 e tantos artigos, o Código Civil só fala em índios uma única vez, e não fala mais. Fala em silvícolas no art. 6º,

exatamente para declarar a capacidade jurídica relativa dos índios. É muito interessante se examinar: existe uma obra – os “Comentários ao Código de Direito Civil”, de Clóvis Bevilacqua, em que comenta o porquê desse termo “silvícola”. Durante toda a elaboração do projeto, não se tratava de índios, porque os índios não estariam sujeitos ao direito comum do resto da população. Quando o projeto chegou ao Senado, houve uma emenda do senador Muniz Freire, dizendo que se devia incluir os índios de alguma forma, e foram incluídos com esse capítulo da capacidade. Diz Clóvis Bevilacqua que não pretendiam incluir, porque entendiam que os índios, que já estavam misturados na população brasileira, deveriam estar sujeitos ao Direito comum. Então, eram brasileiros, não se devia mais chamá-los de índios. Índios para ele – por isso que chamou de silvícolas – eram os índios que ainda estavam nas florestas, era o selvagem. Os outros já eram tapuios, eram caboclos e, como consequência da catequese, da escravidão, de certa forma à força, já se tinham adaptado aos usos e costumes da sociedade envolvente. Então, silvícolas para eles, no Código Civil, segundo Clóvis Bevilacqua, seriam os índios ainda arredios, sem contato. Os outros eram os silvícolas. Inclusive ele louvava já que finalmente, naquela época, se estava organizando a primeira lei, o primeiro sistema de cuidado com o problema indígena, a lei que tratava do Serviço de Proteção aos Índios e a localização dos trabalhadores nacionais, onde se teria, então, o instrumento legal para que o Estado finalmente conseguisse atrair para o seu seio e para essa nova civilização todos os índios que ainda estavam abandonados, sem proteção e sem recursos, etc., e isso é bem claro: “silvícolas, para mim, são os índios que ainda não tiveram contato”.

Dai foi que a Constituição passou a adotar silvícola em 34 e vem até hoje, o que é muito estranho para nós pois silvícola é um termo que fica só na lei, quer dizer, ninguém fala, se refere ao índio como silvícola. Ele é índio, e é bem claro o que queremos dizer com índio.

Então, vemos que o índio não chega a adquirir a cidadania completa, tem um problema: a capacidade relativa, o que, de certa forma, o impede de assumir cargos, porque, se ele não tem a capacidade total, também não tem a responsabilidade total pelos seus atos, embora se abra uma saída para isso. O Estatuto do Índio prevê que o índio pode emancipar-se. A emancipação é um processo judicial e o índio a requer, tem a assistência do curador, quando o índio tem que provar, enfim, o seu advogado ou quem o representa, que ele se expressa em linguagem nacional, um razoável conhecimento dos usos e costumes da sociedade envolvente, que tem 21 anos, como para todo brasileiro, e que é capaz de manter a própria sobrevivência, exercendo profissão útil na comunhão nacional.

Nunca chegamos à conclusão até que ponto a emancipação, legalmente, privaria o índio das suas terras. Não está claro na lei, porque sabemos que a Constituição fala que o índio tem direito à posse permanente das terras que habita, etc., etc. Permanente é permanente. Não há nenhum

vínculo entre a posse da terra e a capacidade jurídica. De certa forma se tem que provar que conhece razoavelmente os costumes nacionais e se tem que provar que é capaz de manter a sua própria sobrevivência, exercendo profissão útil na comunhão, não na sua comunidade; é mais ou menos óbvio, ou mais ou menos conseqüente, alguma relação com a terra existe. Além disso, existe dentro do Estatuto do Índio toda uma política clara de pressão, de integração e de assimilação. Quer dizer, toda a chamada tutela, proteção, assistência aos índios, tudo é levado como um caminho de integração sem traumas. Não se sente na legislação em torno do índio que se pode esperar que as comunidades indígenas, simplesmente, possam sobreviver nas suas terras, vivendo enquanto índios, porque se põe como ideal que a integração na civilização seria melhor, se faz claramente uma comparação de culturas.

Portanto, existe na nossa legislação: as leis brasileiras não reconhecem clara, expressamente – como eu estava dizendo é reconhecida na legislação americana – a existência de uma minoria étnica no Brasil. Está implícita nas leis, mas não há claramente um reconhecimento de que existem minorias étnicas. Existem minorias. Não se fala nos direitos da minorias indígenas, das minorias negras. Inclusive, existem, de certa forma, minorias raciais que se originaram dos grandes grupos de migração. Enquanto isso, no Direito Internacional, no Pacto dos Direitos Internacionais, políticos e civis, a que o Brasil não aderiu, e esse Pacto é de 1976, claramente foram definidos como direitos humanos internacionais os direitos das minorias, que, por seu turno, são definidas como o grupo de população que tem a mesma etnia, que tem os mesmos costumes, tradições, memórias e que está localizado em outro país, mas que esse grupo da minoria quer viver solidariamente, mantendo as suas tradições, a sua cultura, enfim, os seus objetivos, que esse grupo eduque seus descendentes na mesma linha e se assista mutuamente. Na lei brasileira isso não é nem considerado, ou seja, no Brasil os índios são nacionais brasileiros.

A ONU tem recomendado que essas minorias sejam protegidas nos seus direitos, que as leis de cada país reconheçam os direitos das minorias.

Aqui, por exemplo, temos algo assemelhado. Temos a chamada tutela e o dever de assistência do Estado. Às vezes, quando converso com os meus colegas advogados, discute-se: mas os índios têm direitos especiais, direito à terra. Ai os advogados dizem: escuta, Eunice, você não pode pretender essa ênfase na legislação brasileira em relação à proteção das minorias, porque, à medida em que se dedicam direitos especiais, contraria-se o que estávamos falando hoje de manhã – que todo homem é igual perante à lei, independentemente de raça, etc., etc. Está-se contrariando ainda outro artigo da Constituição que fala na igualdade. No entanto, quando se lêem os relatórios sobre elaboração desse Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e se inseriu o art. 27 das minorias, essa discussão houve lá no Ano Internacional, chega-se à conclusão de que os direitos

especiais, os direitos à proteção, não têm o objetivo de tornar desiguais os cidadãos do mesmo país. Ao contrário, dão instrumentos e formas de a minoria falar a sua língua como a maioria nacional fala normalmente, quer dizer, ela não precisa de um direito especial. Dá-se o direito de ela ter a sua religião e viver segundo seus costumes, porque o restante da nação fala, porque ela é quem organiza e dirige a legislação. Então, a tutela, a proteção é uma forma exatamente de se anular a desigualdade de vários grupos dentro do País.

Vejamos o que significa a tutela da FUNAI, ou a tutela do órgão federal. Significa uma forma de suprir a capacidade jurídica dos índios, no exercício de certos atos da vida civil. Pela prática, pelo exame dessa definição vê-se que normalmente esses atos jurídicos são os atos negociáveis, quer dizer, quando o índio negocia os seus bens, compra ou vende, e os contratos de trabalho, porque o índio tem todos os outros direitos civis. A vida dele, dentro da comunidade, é de acordo com os seus próprios costumes. Ele se casa, tem filhos, estuda, faz tudo sozinho. Tem direito de reunião, tem direito de decisão, tem uma série de direitos. A FUNAI tem que entrar, para evitar que o índio seja lesado. Não há o que negociar. Tanto que o próprio Estatuto do Índio reconhece que, mesmo que a FUNAI não assista ao índio num ato negocial, esse ato é válido, se não prejudica o índio. Acontece que a FUNAI não tem se limitado a isso. A FUNAI extrapola, está agindo como se ela fosse o índio, ou seja, sem consultar, sem estar ao lado dele. Quem tem que decidir, quem tem que querer ou não, é o índio. A FUNAI, o tutor, só tem que entrar para evitar que o índio seja lesado.

Na realidade, não entendemos como é possível ter a FUNAI extrapolado. A FUNAI, que é um órgão público, ligada ao Ministério do Interior, está atuando além de sua competência legal. Se examinarmos um pouco a forma como os órgãos funcionam no Brasil, saberemos perfeitamente que certos órgãos são vinculados a certos Ministérios, que, por sua vez, têm o direito e o dever de supervisionar esse mesmo órgão. Uma das tarefas do Ministério é verificar se o órgão está atuando de acordo com a lei, se não está sendo objeto de influências do poder, enfim, se está respeitando as funções e se está cumprindo as suas funções.

A FUNAI não é tutora dos índios. A tutora dos índios é a União. A competência da FUNAI é executar a tutela, é o órgão executivo. Quem é a tutora é a União, representada pelo ministro do Interior. O ministro do Interior tem a obrigação de supervisionar o órgão que está executando a tutela.

Pela lógica, se um órgão está funcionando de determinada forma e se não está sendo contido por ninguém, só pode estar recebendo ordens, ou funcionando de acordo com quem manda, que seria a União, que seria o Ministério do Interior. Se ele se submete ao poder, se se submete às pressões dos poderosos, se ele extrapola nos seus deveres de tutor, é porque é esta a política que se quer, por alguma razão, razão esta que, mais ou

menos sabemos, é a integração final dos índios na comunhão nacional, a recuperação dessas terras para o sistema produtivo e, a mão-de-obra barata, que significariam os índios e a chamada unidade política, administrativa, territorial do País.

Tem-se a sensação de que o governo brasileiro faz determinadas leis, quando, na realidade, o que está realmente prevalecendo são os objetivos da camada dominante no País. Os índios estão aí, por enquanto. Vamos ver quanto tempo isso dura. Percebemos isso muito bem nestes últimos anos. Por exemplo, de repente, em 1973, sai uma nova regulamentação sobre a forma como demarca as terras: é o famoso Decreto nº 88.118, encaminhado pelo ministro do Interior e pelo ministro dos Assuntos Fundiários. Tinha exatamente o objetivo de modificar o procedimento de demarcação das terras indígenas, para limitar os direitos indígenas que estavam declarados na Constituição. Hoje, quando se demarca uma terra, leva-se em consideração se há grupos de brancos dentro dessa terra, construções, se há benfeitorias, se há planos do governo, se há uma série de coisas. Então, só se vai demarcar a terra, segundo esse decreto, depois de se conciliarem todos esses interesses. O que sobrar é dos índios.

Nesse mesmo ano de 1973, surge o chamado Decreto da Mineração, que abriu as terras indígenas à mineração. O Decreto nº 88.985 abriu todas as terras indígenas à mineração, segundo eles, de minerais estratégicos que nunca foram relacionados. Poder-se-ia minerar em qualquer tipo de terra indígena – inclusive na dos ianomani, índios que ainda estão com essa terra interdita e em fase de contato – tanto empresas estatais como nacionais, ou bastava terem uma diretoria nacional.

Houve uma grande discussão na Câmara dos Deputados sobre esse decreto. Foi de cara chamado “decreto genocida”. Claro, se se entra numa região de índios ainda sem contato, morre todo mundo, porque primeiro viria a gripe. Aliás, fosse o que eles quisessem. O que aconteceu? Esse decreto não conseguiu ser regulamentado. Houve uma tentativa de regulamentação que não foi avante, porque a sociedade reagiu de tal forma que o governo não conseguiu regulamentá-lo.

Há ainda a Exposição de Motivos nº 055. Esta, então, é uma barbaridade. Houve uma exposição de motivos do Andreazza, do Abi-Ackel e creio que do Venturini, em que se recomendava que, a partir daquela data, as polícias militares vinculadas aos Estados passassem a ter a competência de resolver os conflitos que havia entre índios e não índios, porque isso era um problema de segurança local e não de segurança nacional.

O Estatuto do Índio diz claramente que só pode interferir em terra de índio, ajudando a FUNAI a exercer o seu poder de polícia, a Polícia Federal, e as Forças Armadas, se for o caso. Nunca se falou em polícia local. É evidente, o objetivo é tão claro, se se consegue deixar a coisa localizada, impedir o poder da União em si para conseguir conter ou

resolver esses conflitos, acobertam-se todos os crimes que foram cometidos contra os líderes indígenas. Lembro-me que a última lista que eu tinha, não sei se o Marcos Terena tem esse número, nos dois ou três últimos anos 17 a 20 líderes tinham sido mortos, sem nenhum resultado nos inquéritos. Imagina, então, a PM da Bahia entrando em terra indígena para expulsar posseiro, expulsar os que invadiram terra, com toda a política local, todo o poder local em cima. É impossível. Parece-me que nunca se transformou em decreto, numa lei normal, mas a simples exposição de motivos, onde há um “cumpra-se”, um carimbo assim “cumpra-se”, assinado embaixo Figueiredo, virou lei e está sendo utilizada no Brasil inteiro.

Isso é normal: morre um líder indígena, a Polícia Federal abre inquérito, depois não se ouve falar mais, daqui a pouco é difícil, daqui a pouco pára-se, é engavetado e nunca é solucionado. O caso do Marçal, aquele líder guarani incrível, foi assim. Ninguém até hoje soube nada. Nunca se sabe nada.

A Conferência da ONU a que me referi – a Comissão Internacional de Direitos Políticos e Civis – levou alguns anos para ser realizada. Daí nasceu uma comissão importante na ONU, a Subcomissão de Direitos Humanos para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias Raciais. Existe atualmente, em elaboração, uma Declaração de Direitos Humanos Especiais para as Comunidades Indígenas. Essa Comissão está funcionando. Já fui a três reuniões, três anos seguidos, na ONU. Nessas reuniões são ouvidos os representantes indígenas. O seu relator se chama Francesco Cappotorti, naturalmente deve ser italiano. Ele analisou mais de 1.400 sessões públicas da ONU, pegando os depoimentos das minorias e das pessoas envolvidas com trabalhos. Conseguiu ele fazer uma espécie de levantamento de todos os motivos que acabam impedindo que as declarações da ONU realmente consigam proteger as minorias. Ele pôs os seguintes dados: política de assimilação forçada, que é a nossa; desequilíbrio econômico, que seria o caso dos conflitos entre índios e os sem-terra no Brasil, o pequeno posseiro, que é negócio difícil de se lidar, porque são pessoas desprotegidas; critérios estereotipados de um grupo em relação a outro; falta de comunicação entre os grupos; consequências negativas do colonialismo; atitude das forças políticas dominantes na sociedade de determinado país, no que se refere a não evitar a discriminação; governos que não combatem as causas do antagonismo e não promovem a compreensão recíproca; sociedade que não tem o propósito firme de zelar pela igualdade e impedir a discriminação; falta de correspondência entre a política oficial que consta das leis e a prática efetiva dessa política; inclusão dos princípios de proteção às minorias na legislação de certos países, sem que sejam estudados ou analisados os seus efeitos; a inexistência de adoção de meios para realizar os direitos especiais das minorias; falta de meios legais eficientes para prevenir e punir as violações aos direitos das

minorias; falta de um tribunal especial para punir violações dos direitos civis das minorias, que poderia ser um tribunal de defesa da Constituição.

Esse diagnóstico está muito bem encaixado no nosso problema. Ontem, estava tentando alinhar mais alguma coisa sobre a questão. As conclusões da ONU que citei não abordam a tutela nem as restrições da cidadania, porque não constitui problema comum entre as minorias raciais do mundo. A tutela me parece necessária em relação aos índios ainda isolados ou em início de contato, ou seja, esses que estão agora sendo descobertos lá na zona do POLONOROESTE. Não concordo que todos os índios sejam relativamente capazes.

Há muitas comunidades em que os índios, ou pelo menos suas lideranças, são pessoas capazes de gerir suas pessoas e administrar seus bens, mas não se emancipam porque temem perder terras e a proteção do Estado. Ou melhor dizendo, os serviços equivalentes que o Estado também presta aos demais brasileiros: educação, saúde. Todos recebem esses serviços, não são só os índios. É que os índios têm outros tipos de serviços que não são iguais. Seria necessário ponderar que existem índios em comunidades diferentes em vários graus de compreensão do mundo não-índio que os cerca.

Além das conclusões da ONU, dever-se-ia examinar, com a ajuda das comunidades indígenas, em que níveis seria exercida a tutela jurídica e prestados os serviços de Estado, segundo a possibilidade que teriam certas comunidades de exercer os seus direitos civis e políticos, tornando-se cidadãos ativos, sem que deixassem de ser considerados índios, porque este é o problema, o índio não quer deixar de ser índio, afinal, eliminando-se o termo silvícola, que nada representa, e valorizando o índio, cidadão brasileiro, membro de uma minoria étnica.

Como se vê, os problemas dos índios ou da FUNAI não são insolúveis. O que tarda a solução é a inércia inexplicável do governo em relação a esses problemas. O problema da FUNAI vem de anos. Tenho a impressão de que se chegou a um ponto, não sei como é que está, mas o que ouço falar é que está caótico. Está sim. O ministro do Interior não quer muito saber de índio; o presidente Sarney também não quer muito ouvir falar: não me ponham esse problema, porque isso eu não quero. Entretanto, o problema está aí, alguém vai ter que assumir esse problema.

Esta, a minha contribuição. Espero que seja útil.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Vou usar meu direito de coordenador para praticar uma arbitrariedade: alterar a ordem que a Comissão programou. Pela ordem do programa, estava, depois da dra. Eunice Paiva, a professora Lélia Gonzalez, mas neste momento é interessante que o Marcos Terena fale. Embora todos o conheçam, para mim também é muito agradável fazer esta apresentação, porque, como antropólogo, minha primeira experiência com um grupo indígena foi com o grupo Terena, como

estudante ainda, não era nem antropólogo, era estudante de Antropologia. Tive a oportunidade de fazer uma pesquisa, como estudante, junto com os Terenas urbanizados de Campo Grande, Aquidauana, Miranda, aquela região hoje de Mato Grosso do Sul.

Marcos Terena tem uma história de luta em defesa das populações indígenas. No momento, está como assessor do Ministério da Cultura para Assuntos Indígenas. Por várias vezes, como todos que estão envolvidos no movimento indigenista, ele já teve oportunidade, nem sempre agradável, de ter trabalhado na FUNAI, para tentar fazer alguma coisa em favor do índio. Não sei qual a sua opinião. Vamos ouvi-lo. Minha opinião pessoal é que a FUNAI, por mais caótica que seja a sua situação, é uma instituição que tem que ser defendida. Conheço a experiência de outros países. Posso citar, por exemplo, o Peru, onde existe uma legislação muito boa que protege o índio, mas não existe nenhum braço do Estado que execute essa legislação. Então, toda vez que o direito indígena é atingido, a população indígena tem como recurso recorrer aos tribunais. Sabemos que isso é inviável. É inviável a uma população indígena, que vive no interior da floresta amazônica no Peru, recorrer aos tribunais contra uma grande empresa que tem a sua matriz em Lima, por exemplo.

Então, é uma atitude bastante ingênua pensar que podemos acabar com a FUNAI, mas a dra. Eunice Paiva tem razão; do jeito como está não é possível continuar. Há 25 anos que acompanho a política indigenista brasileira e tenho certeza de que nunca estive tão ruim quanto agora. Faço até uma brincadeira: sempre podemos dizer que o próximo presidente é pior do que o atual; ou inverter: o anterior sempre foi melhor.

Passo a palavra ao Marcos Terena e depois ouviremos as pessoas que estão mais ligadas ao assunto das populações negras.

MARCOS TERENA (Assessor para Assuntos Indígenas/MinC) – O professor Roque já falou a meu respeito. Estava aqui refletindo sobre o que a professora Eunice falara, porque queria dizer uma coisa, para podermos refletir melhor sobre esse aspecto da cidadania. Apesar de ter o meu pai e a minha mãe, fui criado pelos meus avós. Durante toda a minha vida, até 1977, nunca conhecera a FUNAI. Não sabia da existência da FUNAI. Em 77 já tinha concluído o 2º grau e estava saindo da Academia da Força Aérea, instituição militar que forma aviadores da Aeronáutica. Entrei nessa Escola com o intuito de sair oficial. Se eu tivesse continuado, creio que hoje já seria capitão ou major-aviador. Devo confessar que não tinha realmente essa preocupação que hoje tenho com relação às comunidades indígenas. Não tinha porque realmente não conhecia esse mundo, esse universo que é a sociedade indígena. Não conhecia, não conheço ainda. Cada dia que passa, estou aprendendo. Por exemplo, quando a doutora Eunice faz uma análise estou aprendendo algumas coisas.

Fiquei muito admirado, como eu estava dizendo, em 77, quando vim para cá, para Brasília, e me disseram: – se você está com problema na Aeronáutica, procura a FUNAI. – O que é FUNAI? FUNAI é dos índios, é para ajudar os índios. Você não é índio? – Sou índio. – Então, vai lá. O que aconteceu? Vim para cá, trabalhei um mês, porque quando se sai da vida militar se sai com nada, – passa-se para outro tipo de vida, que é a vida civil, totalmente diferente da vida militar. Eu não estava preparado para ser civil. A única coisa que eu sabia era bater a máquina, só isso, e tinha o segundo grau na mão, mas onde é que eu ia trabalhar? Então, fiquei um mês trabalhando numa empresa em Campo Grande. Quando completou exatamente um mês, peguei o salário e falei: vou para Brasília, como alguém me disse. Então, eu vim para cá. Quando cheguei aqui, em Brasília, havia muitos militares dentro da FUNAI em cargos-chave. Vivi o mundo militar. Militar tem um negócio, ele tem que seguir uma regra, se sai fora daquela regra, está sendo indisciplinado, como eles dizem. Eu sabia tudo isso. Então, quando eles vinham querer discutir, querer gritar, uma vez um coronel quis gritar comigo, então ponderei com ele. Uma coisa que fez com que eles recusassem é porque eu sabia exatamente até aonde que eles podiam ir. Pega-se esse detalhe, se o mecanismo – estou usando esse termo branco, mas para diferenciar do índio – se você conhece o mecanismo, para trabalhar, para conseguir sobreviver. Disse que queria entrar na universidade. Eles falaram: olha, você tem o 2º grau. O que você é? De onde você veio? Lá na FUNAI não tem nada disso, por isso que tem essa bagunça. Chegou a haver 500 índios aqui, na cidade. Ninguém sabe o que eles vieram fazer aqui. Por quê? Porque ninguém vai lá pergunta e conversa com eles. A proposta que me fizeram naquela época, porque eu já era piloto: você poderia trabalhar com a gente aqui na FUNAI. Você é um índio que tem formação, etc., etc., mas só que há um detalhe: para trabalhar conosco, você tem que pedir a sua emancipação. Aí eu falei: o que é emancipação? – Emancipação é você deixar de ser tutelado da FUNAI. Falei: espera aí um pouquinho, nunca fui tutelado da FUNAI. Eu sempre vivi por minha conta, nunca dependi da FUNAI. Por que agora vou pedir a minha emancipação?

Aí começou aquela briga toda, que talvez muitos de vocês tenham acompanhado, porque daí comecei a formar um grupo de estudantes. Só que eu não queria só Terena, porque Terena conheço bem, conheço muitos deles que estavam na mesma situação que eu. Eu tinha que abrir espaço para outras comunidades indígenas. Foi aí que começou a surgir a idéia da União das Nações Indígenas. Por quê? Tínhamos um bororo, um xavante, um tuxá, bacairi. Então, disse: isso aqui são várias nações, fazemos uma união delas em torno de um determinado objetivo.

Estou dizendo isso apenas para lhes explicar essa questão da tutela. Anteontem, quando fui ao Palácio do Planalto para dizer “Feliz Natal” ao presidente Sarney, o que aconteceu? Algumas autoridades do alto escalão me disseram: mas você é tutelado? – Sou tutelado. Eles não entendem isso.

Tem-se que ser tutelado para continuar sendo índio. Eu pessoalmente poderia sair por aí.

EUNICE PAIVA – Você se emancipou?

MARCOS TERENA – Não.

Eu poderia sair por aí, porque talvez tivesse melhores condições de vida do que atualmente. Estou num cargo político muito sacrificante para minha vida particular, porque não posso, ao mesmo tempo – teria que usar aqui um termo mais forte – não posso fazer a minha vida em detrimento dos outros índios. As pessoas não entendem isso. Elas dizem: não, vai lá, você compra terra, compra isso... O meu primo, por exemplo, o meu tio, a minha tia não estão no mesmo estágio em que me encontro. Então, tenho que fazer alguma coisa em função deles. Quando chegamos aqui as pessoas dizem: mas você é do governo, você não pode falar isso. E aí, como é que fica? Por isso que digo que é um pouco sacrificante, exatamente por estes aspectos: se sofre incompreensão por parte do patrão, que é o Governo, e se sofre incompreensão da parte dos próprios índios. Não é porque eu esteja aqui com uma roupa boa – e há índios aí que não têm o que eu tenho – e sim porque estou aqui exercendo uma função, determinado trabalho, determinado papel, para ajudar, quem sabe, outros índios que estão vindo aí.

Procuramos fazer esse trabalho exatamente para que atinjamos aquele estágio da cidadania plena.

Tenho dito para as pessoas do Governo: vocês não podem criar mecanismos daqui para lá, porque cada comunidade indígena é diferente. Sou um terena, mas xavante já é diferente, o cara já é diferente. Então, o que acontece? Temos que trabalhar para que as lideranças xavantes, carajás, caiapó, tenham consciência do que querem. Ou seja, aquilo que chamamos de autodeterminação, segundo o modelo de vida deles. Por exemplo, se vivem em coletividade, deixemos que vivam assim. Aí surge aquele preconceito que normalmente lemos nos livros de criança: o índio preguiçoso. É porque o modelo econômico de vida dele é diferente do nosso. Aqui, por exemplo, temos que acordar cedo, quem estuda aqui tem que chegar cedo para estudar, se formar e ficar desempregado.

Fomos a São Paulo, agora no JEBs. Andei com alguns jovens no carro, em São Paulo, mostrando as crianças que pedem esmola nas ruas. Falei: essa menininha, menininha pequenininha assim já está pedindo dinheiro; não queremos que isso aconteça com os índios.

Temos que respeitar os valores das comunidades indígenas não somente no aspecto cultural – o aspecto cultural é muito bonito, é um visual atraente – como também temos que respeitar o modelo de vida dos índios.

Por exemplo, dentro de uma sociedade indígena – e são várias sociedades indígenas, não é uma só, como se pressupõe – não existe esse negócio como o índio brasileiro. Existem as sociedades indígenas. Cada

sociedade tem um costume diferente, tem um idioma diferente, tem um modelo de vida diferente também. O carajá sabe pescar; o caiapo sabe caçar; o terena mexe mais com a terra, agricultura; o cajuá com o gado. Então, modelos de vida diferentes. E a formação social. Inclusive a liderança – quem é que vai ser o chefe, quem é que não vai ser – é diferente também. Ou seja, a formação política daquela sociedade. Esse tipo de situação é que faz com que haja o choque de interesses. Se uma empresa olha para aquele grupo indígena e diz: ele não está produzindo; mas não está produzindo para quem? Para quem é que se produz determinada riqueza? A empresa tem determinado interesse e os índios também têm outros tipos de interesse.

Tenho conversado, principalmente com os índios mais jovens, como o Megaron, o Ianoculá, o Paiacã, o próprio Ailton Krenak. Temos avaliado exatamente para onde está caminhando a sociedade indígena.

Aí vem agora um negócio novo para o povo brasileiro, que é a chamada Constituinte. Agora chegou a Nova República. Tínhamos pensado, no início, dizer na língua do próprio índio o que é Constituinte, dizer na língua do próprio índio o que é reforma agrária. Íamos utilizar a EBN, a *Voz do Brasil*. Ai eles não disseram nem sim nem não, deixaram cair no esquecimento. Sentimos claramente que nessa Nova República aquilo que se chama democracia ainda não chegou para todas as pessoas. Não admitem que façamos um programa na língua indígena. Em compensação, pode-se ouvir um programa em inglês, em alemão, em castelhano, mas em língua indígena não se pode fazer, porque a língua nacional e a portuguesa. Talvez pudéssemos, no tratamento desse tema, verificar realmente qual vai ser o futuro do índio, se ele vai ser transformado numa pessoa não índia futuramente, ou se vai adquirir os mesmos direitos de qualquer brasileiro, ou seja, ingressar na universidade, se formar e administrar as suas riquezas, administrar a sua sociedade de maneira própria, ao mesmo tempo adquirindo esse respeito, esse respaldo da sociedade maior, da sociedade envolvente.

Eu não teria muita coisa a acrescentar. Como eu disse, estou aqui ouvindo, mas aprendendo muita coisa. O que tenho procurado transmitir nessas ocasiões é exatamente experiências que temos tido com os índios dentro da aldeia, como também dentro da FUNAI; o próprio papel que ela está desempenhando hoje. Qual o papel que a FUNAI está desempenhando hoje? É o papel assistencialista. Então, se o índio chega aqui e cria uma pressão, um clima em cima dela, o meio mais rápido de se acabar com isso é o dinheiro. Então, pode-se negociar com aquela liderança, dando-lhe determinados milhões e ela vai embora, realmente satisfeita com aquele dinheiro, mas só que o dinheiro acaba. Chegado à aldeia, na hora em que o dinheiro acabar, ele vai usar o mesmo sistema, porque ele está se viciando, se corrompendo, porque a própria instituição patrocina isso. Se chegássemos e disséssemos: não, é isso, isso, quer dizer,

se se tratasse o índio com respeito, com seriedade, tenho certeza de que a FUNAI teria sido respeitada pelos próprios índios, porque eles entendem. Por exemplo, aquele que tem a sua terra demarcada acha que tem que ajudar aquele que ainda não demarcou a sua terra. Está-se processando um trabalho exatamente no sentido de desestabilizar, de desestimular esse tipo de trabalho. Quanto mais dinheiro se soltar para o índio, mais corrompido ele fica, e mais subordinado, mais dependente ele fica da instituição. Então, ele nunca vai adquirir aquela determinação de fazer o que acha mais conveniente, de dignidade, de respeito para com a sua sociedade. Realmente, aquilo que o professor disse é o correto. Existem índios que têm necessidade de determinada assistência – médica, educacional, principalmente com relação à demarcação da terra. Ele não pode abrir mão da FUNAI; a FUNAI a que me refiro é o Governo, ou seja, essa obrigação que o Governo tem perante a sociedade, perante o mundo, de garantir a sobrevivência dos povos indígenas.

Vejo o futuro dos índios dependendo exclusivamente deles, dos índios. Se não puder depender dos índios, realmente os outros interesses vão acabar com as comunidades. Por isso que estamos preocupados quando falamos em garimpo, porque garimpo significa dinheiro, e, como eu disse, o dinheiro corrompe. Tínhamos que ter uma FUNAI que fosse à aldeia e conversasse, explanasse a situação para as comunidades indígenas. E aí ficava a alternativa de opção, o que a sociedade indígena quer. Isso não existe hoje. As coisas chegam como se fossem um terremoto.

Voei muito na Amazônia, no sul do Pará, onde há muito ouro nas terras indígenas. Muito ouro e muita madeira. Eu mesmo transportei, no avião, caixas e caixas de guaraná, de Coca-Cola, de açúcar, até mesmo de farinha – o índio geralmente faz farinha, agora está comprando. Então, via-se uma criança andando no meio da aldeia com uma caixa, uma lata de doce aberta na mão. Não está sendo explicado ao índio mais ou menos uma valorização disso. Hoje eles têm. Hoje, mas estão se esquecendo de plantar, de colher. Vai ser prejudicial quando o ouro acabar, porque o rio já acabou, o rio em que pescavam, em que tomavam banho, já acabou. Há um rio amarelo, barrento.

Esse terremoto de que falei, a força que tem o poder econômico de fora para dentro é muito forte e pode, realmente, destruir as comunidades indígenas. Vamos ver como conseguimos diminuir essa avalanche. Uma das forças maiores que vamos encontrar justamente são as pessoas sensíveis à questão indígena, as pessoas que não são índios, mas se preocupam com essas sociedades, e que nós, os índios, chamamos de aliados. Espero que vocês se tornem, se já não o são, fortes aliados nossos nessa questão.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Seria interessante deixar todos os debates para o final, porque, no fundo, os dois temas têm muito a ver um com o outro.

Vamos passar, então, para a palestra sobre outra minoria, que não é uma minoria. Embora o censo estime a população negra num número muito inferior ao realmente existente, lembro que desde 1950 a categoria cor foi retirada do Censo, e – parece – só voltou agora em 80. Sabemos que há uma dificuldade muito grande de avaliar esse tipo de questão no Censo. Este é outro mito que temos no Brasil, o mito de um país branco, europeu e cristão.

Passarei a palavra a duas pessoas das mais categorizadas para falar sobre o tema. Em primeiro lugar, à professora Lélia Gonzalez, que todos conhecemos sua ação, tanto na vida acadêmica quanto política, em defesa dos interesses da população negra. Já tive oportunidade de ouvi-la na ANPOCS, em Friburgo, alguns anos atrás, e sempre temos notícia da sua atuação.

LÉLIA GONZALEZ (PUC/RJ) – Puxando o gancho, jogo um confete em cima do Carlos, que é o meu co-autor predileto, porque escrevemos um livro juntos – a questão, por exemplo, do Censo de 80. Foi efetivamente uma conquista do Movimento Negro. No Rio de Janeiro, nos articulamos, pressionamos o presidente do IBGE para que entrasse de novo o item cor. Nessa luta tivemos os nossos aliados, porque temos que ter mesmo, e os nossos aliados estão aqui representados pela figura de Carlos Hasenbalg, que justamente na ANPOCS de 1979, em Belo Horizonte, puxou a questão junto à intelectualidade brasileira, no sentido de que um abaixo-assinado fosse enviado ao presidente do IBGE. A partir dessa conjunção de forças a conseguimos, não de maneira satisfatória, e certamente Carlos Hasenbalg deverá colocar também – a questão da inserção, de novo, do item cor em termos do Censo brasileiro. Desse Censo que não tem senso.

Vou colocar minha falação a partir de um texto muito interessante, um texto de Roberto da Mata, no seu célebre livro “Relativizando”, onde faz uma digressão sobre o mito das três raças e chama a atenção para um aspecto muito importante, que o Dumont vai desenvolver, nos seus diferentes trabalhos, sobre a questão da ideologia da hierarquia e do tipo de Estado que Portugal nos legou. Somos herdeiros de um tipo de Estado bastante interessante. Essa contraposição entre uma ideologia realista, de um lado, que caracterizaria a estrutura do Estado brasileiro, e uma ideologia individualista, apoiada nos princípios da liberdade, da igualdade, a partir do século XVIII e vai tomar conta do mundo ocidental. A partir dessa visão o Ocidente vai passar a fazer uma leitura, a respeito do resto do mundo, das outras culturas, das sociedades não ocidentais.

Aqui o Brasil é o nosso paradigma, em termos de comparação, de relação e processos. É esquema bastante interessante, porque a ideologia que vai predominar nos Estados Unidos é justamente aquela da igualdade, da liberdade e do individualismo. Passando por todas essas questões, vamos ver que o desenvolvimento das relações raciais se deu de maneira

diferente da do Brasil. Tanto que a solução encontrada dentro da ideologia liberal, individualista, apoiada em princípios da liberdade, etc., em que termos se pôde solucionar a questão das relações raciais? Em termos de segregação. A coluna bem marcada, separando os brancos do resto, é justamente a segregação racial.

No caso brasileiro é diferente. O esquema é exatamente hierárquico. Tanto no caso do indígena quanto no do negro percebermos que é o branco quem controla sempre as decisões a nosso respeito. No caso do negro especificamente, vamos perceber que deste vértice inferior, onde está o negro, até o vértice superior, onde está o branco, o famoso contínuo de cor vai mexer profundamente com a identidade do próprio negro na sociedade brasileira. É a história do mulato, dessas trezentas designações que temos para o neguinho no Brasil, dizer qual é a cor que ele tem: vai desde o preto, preto ao branco, branco passando para o roxo, azul-marinho, roxinho, etc., etc. Por exemplo, nasci em Belo Horizonte, Minas. Lá eu era roxinha. Na minha certidão sou parda. Por exemplo, no Nordeste, neguinho chega e te chama de morena. Uma vez, me recordei, fiz um comício numa loja no Rio, porque, quando fui pegar o embrulho ninguém sabia de quem era – é aquela história, paga, depois vai pegar – e havia uma menina nordestina que disse: é daquela moça morena ali. Aí falei: olha, não sou morena. Fiz um discurso violentíssimo. – Eu sou negra, etc., etc.

Na verdade, a questão desse contínuo que se estabelece, e o tipo de ideologia que domina a sociedade brasileira, a ideologia da hierarquia mesmo, cada coisa no seu lugar, cada um no seu lugar. Daí a famosa e muito sinteticamente sábia tirada que o Millôr Fernandes fez, a respeito da questão racial no Brasil: “no Brasil não existe racismo, porque o negro conhece o seu lugar”. Estamos vendo qual é o lugar dele. Dá para perceber como a coisa é complicada, a coisa é realmente muito complicada, porque a questão da cidadania negra se articula – a meu ver – também, com a questão da identidade. São questões profundamente interligadas.

Hoje mesmo na parte da manhã, estávamos debatendo a questão da mulher, e a retomo, na expressão de Simone de Beauvoir, com relação à mulher, mas aplicando ao negro: não nascemos negros, nos tornamos negros. É uma conquista o tornar-se negro. Joel Rufino já disse que no Brasil não há preto, preto tem que mudar, já negro é outro papo. Vamos perceber, inclusive que é uma questão de conquista da própria identidade, de retorno, sobretudo no caso dessa minoria da população negra, que não chega a ser 1% da sua população, que consegue chegar à universidade, como processo de perda da identidade negra. Ou seja, o branqueamento vai-se dando de forma tal que, de repente, quando se vê, se virou branco. Passei por isso, eu me recordei – e depois lerei um texto sobre um aspecto específico que quero chamar atenção – me recordei perfeitamente, eu não gostava de samba. Na medida em que fui subindo na escala educacional, fui

embranquecendo mesmo, não gostava de samba, usava peruca, era metida a *lady*, coisas tais, até que se leva a porrada na cara – a verdade é esta, não tenho outra expressão – e se acorda diante do mito que a própria pessoa interioriza e se pensa que corresponde à realidade do seu povo.

Uma vez, num Encontro de Cultura, o Terena me contava que na escola – negócio de sapatinho furado, essas coisas –, ele dizia que era japonês, porque, se ele se dissesse japonês, ninguém enchia o saco dele; se ele dissesse que era índio, pronto...

No nosso caso não dá para disfarçar, não adianta botar peruca, não adianta nada, porque está aí.

É importante ressaltar que, neste sentido, a ideologia do branqueamento tem uma força muito grande no que diz respeito à comunidade negra brasileira. Ainda é interessante perceber que essa ideologia do branqueamento, no nosso texto o Carlos chama a atenção, temos duas vertentes ideológicas no Brasil com relação às questões raciais: a oficial – “são todos iguais perante à lei”, esse papo todo furado que conhecemos, ou seja, da democracia racial; outra, uma ao nível do privado – é aquele papo, neguinho te bate nas costas e tal, não sei o quê, é pretinho, bate nas costas, mas, por trás, lá vem pau em cima. Daí os famosos ditados populares: “branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão”; “preto quando não caga na entrada caga na saída”; “todo crioulo é marginal, até prova em contrário”, e uma série de coisas que aí estão.

Evidentemente, é por esse tipo de estrutura ideológica e de relações concretas que temos na sociedade brasileira que percebermos uma baixa capacidade de mobilização, de organização da população negra, sobretudo após a malfadada abolição da escravatura em 1888, porque saímos do centro da produção econômica e fomos chutados para a periferia. Aí começa o outro, o novo calvário do negro brasileiro. Embora não queira significar que não tenha havido resistência, desde a fundação do primeiro quilombo, em 1549 – a Beatriz Nascimento saca bem a questão do quilombo. De qualquer forma, no Brasil da República vamos perceber que a cidadania que nos foi dada é uma cidadania formal, de papel; creio que o Carlos vai aprofundar esta questão. Em termos de uma cidadania social, de uma cidadania civil e de uma cidadania política, temos um longo caminho a percorrer. Nós, os chamamos cidadãos negros.

Eu me recordo bastante do debate quente que houve ontem aqui, de manhã, a respeito do trabalhador. Vejam a questão racial neste País é tão séria, tão séria, que, de repente, percebemos – e o avisei antes – percebemos uma liderança como a do José Dirceu, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores de São Paulo – O Partido dos Trabalhadores de São Paulo já e outro papo – ao dar um exemplo da reação personificada pelo sr. Roberto Campos, falou assim: então, essas gargantas negras surgem e começam ... Já fiquei pulando na cadeira ..., mas depois eu falo ..., a

discussão correu para outro campo, tudo bem ... Então, o que vamos perceber?

Evidentemente, tivemos movimentos negros após a abolição da escravidão e, evidentemente – quem não ouviu falar, ouça pela primeira vez – a força enorme que teve a Frente Negra.

Tratou-se ontem, aqui, da questão do trabalhador, do sindicato ligado ao Estado, etc.

Gostaria de dizer, por exemplo, e não é por acaso, que quando, de repente, vemos um Leonel Brizola ter uma base popular tão grande no Rio de Janeiro, e essa base popular é fundamentalmente negra, não podemos esquecer certos aspectos da nossa história. Naquela questão que estava sendo discutida a respeito do trabalhador, dos sindicatos, das leis trabalhistas que foram criadas pelo Governo Vargas, não há dúvida de que o trabalhador negro foi o maior beneficiado dessa legislação, porque éramos vistos sempre como escravos. Devido à discriminação no mercado de trabalho, articulada com a questão da imigração européia, e coisas tais, esse trabalhador evidentemente não recebia salário nenhum, vivia de dar nó em pingo d'água. Quando usamos nos nossos sambas que neguinho dá nó em pingo d'água, quer dizer isso mesmo. O neguinho está fazendo uma metáfora de um cotidiano terrível, de um cotidiano muito duro que a população negra vive neste País, que o povo vive neste País, chamando atenção para o que a Floriza disse hoje.

É da maior importância quando vemos um lance desses, um Leonel Brizola tendo um apoio popular tão grande no Rio de Janeiro, e esse apoio popular é fundamentalmente negro. Justamente por quê? Na campanha de 82 para o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi Brizola o único candidato que falava da questão racial com tranqüilidade, olhando-a nos olhos, e falando dela, não como uma coisa dramática, não sei se eu falo, se eu não falo, etc., e tal, mas falando com muita tranqüilidade, e o criouléu foi em cima, votou firme em cima dele. Agora de novo o Saturnino na cabeça outra vez e a negrada lá votando. Por quê? Porque, em termos de partidos políticos, vamos perceber que o PDT efetivamente é o único partido brasileiro que levanta a questão negra. Os demais não. Para os demais ainda somos, os negros, um capítulo do programa político. Ai digo com muita tranqüilidade: lá, no PT, eu era suplente da bancada federal do PT. Inclusive escrevi certa vez um artigo. Quando o PT faz o primeiro programa nacional a respeito dos dez problemas mais sérios da realidade brasileira, falou de tudo, por último foi a mulher, a mulher entrou no último lugar. Sobre a questão social, silêncio total. Ai fica-se indignado, porque se, na verdade, essa questão que é séria, em termos de realidade brasileira, não é tratada dentro da sua devida complexidade, não é tratada a nível da sua importância em termos deste País, em termos desta sociedade, desta sociedade que é complexa, que é plurirracial, etc., no momento em que temos a população negra como a população majoritária, – somos muito

mais do que os 45% que o Censo está dizendo aí e, inclusive, os partidos políticos reproduzem. E nós que somos de esquerda, ficamos magoados, porque estávamos na esquerda. Não dá para ficar na direita, evidentemente. Crioulo que se preza não pode ser de direita. De repente, percebe-se que as esquerdas ... Só muda a situação a partir do retorno dos exilados. Digo isto, porque, nos anos 70, estávamos aí como as mulheres também, na luta de articulação de um movimento negro e levamos pau da esquerda tradicional ortodoxa, que dizia que estávamos dividindo as lutas populares, que a questão racial se confundia com a questão de classe. Bolas, assim não dá ... Esse reducionismo, essa simplificação da questão racial, em termos de uma sociedade como a nossa, é justamente fazer o jogo da direita. Quem criou o mito da democracia racial foi a direita, a direita é competente nessas questões. De repente embarcamos e ficamos numa ortodoxia que não nos leva a efetivamente conhecer a nossa realidade. Fazemos transposições mecânicas e dançamos, porque na hora “h”, vamos ver questões – olha aí o Jânio lá em São Paulo – vamos ver questões como estas, certos temas não são contemplados devidamente com relação à proposta de democratização do País, que – a meu ver – não é redemocratização, mas é de democratização, porque para nós negros, para nós índios, para nós mulheres jamais houve democracia neste País. Então, não me venham falar de redemocratização, porque para nós nunca houve. Agora estamos num processo de transição e nesse processo de transição existe uma exclusão, sim. Não da mulher. A meu ver, a grande novidade da Nova República é o Conselho da Mulher, os Conselhos estão sendo criados. A exclusão continuou com relação à questão do negro, com relação à questão do índio. De repente viramos assessor para assuntos indígenas, assessor para assuntos afro-brasileiros, e as nossas comunidades e os nossos irmãos estão aí na pior situação possível. Carlos deve colocar a questão da situação do negro na força de trabalho e com relação à questão da cidadania. Não obstante me parece da maior importância refletirmos sobre o problema.

Como foi dito hoje, a questão do negro, a questão do índio ou questão da mulher não são questões só nossas, especificamente, e sim da sociedade brasileira, de todos nós. Temos que nos defrontar com essas questões, porque, na hora da apropriação da cultura negra, da produção cultural, todos se apropriam “numa boa” e estão ganhando grana em cima das religiões afro-brasileiras. Está para quem quiser ver. Vão lá ao Rio de Janeiro, no dia 31 de dezembro, que vão ver assim de turista na praia para ver neguinho receber santo. Vejamos nossas instituições, tipo gafieira, estão lá os brancos, e nas nossas escolas de samba, etc. Essas criações, essa produção cultural negra é apropriada pelo branco, no sentido de branco, macho mesmo, evidentemente, que tem a ver com capitalismo. Esse aí é o terreno em que estamos colocando a questão. De repente, o que vamos perceber? Uma profunda indiferença por parte dessa Nova República, que, na minha perspectiva, não tem nada de novo. Ainda não tem novidade. Para

mim, enquanto membro da comunidade negra, não tem novidade nenhuma. O que aconteceu? Onde está um ministro negro aí? Onde está, por exemplo, um Conselho Nacional dos Direitos do Negro? Nada disso foi criado. E, como colocou muito bem a companheira, assim com relação à questão indígena, com relação à questão do negro. É a mesma coisa. A tentativa é no sentido de colocar determinadas lideranças amplas para fazer o papel que eles querem, e não estamos aqui para isso, diga-se de passagem.

Pegando esses dois modelos, mostro um canal que é muito importante que ressaltamos aqui, porque está vindo Constituinte, Igreja está na jogada, essas coisas todas. Refiro-me às Igrejas Protestantes, um texto que eu li há pouco nas Comunicações, de outubro de 85: "O Negro Evangélico". Esse negócio aqui é sério. De repente se percebe aquela velha história de busca, de saídas. Entendemos porque as pessoas se convertem, etc. É uma busca de perspectiva. Entretanto, o que predomina nas diferentes denominações protestantes é justamente a negação da questão racial, e um medo muito grande de colocar abertamente esta questão. Essas denominações foram criadas por quem? Por pastores americanos vindos do sul dos Estados Unidos para cá. Só que não deu para fazer como aconteceu lá. Então, aqui a negradinha fica por baixo, o que se reproduz é o esquema da sociedade brasileira. Percebe-se que há uma rejeição do movimento negro, porque todo mundo se coloca como cristão, como crente, somos todos irmãos, e o problema é Cristo, Cristo é que resolve nossos problemas, Deus é quem resolve os nossos problemas, Deus é que vai fazer e acontecer, etc., embora no social percebamos que existe esse tipo de discriminação também.

Eu me recordo da fala de uma companheira minha, e muito conhecida de vocês, que é da Assembléia de Deus, que, quando ficou viúva, me disse: olha, se eu não me casasse com o meu marido – infelizmente o marido dela era um crioulo das lutas populares, de favelado, comunista, etc. –, se eu não me tivesse casado com o fulano, como é que eu ia encontrar um marido na Igreja?! Percebemos que nas igrejas protestantes todo mundo é irmão, mas, na hora de casar, vamos reproduzir os esquemas que estão aí. O casamento – como a Floriza já fez a crítica hoje muito bem, inclusive como modo de perpetuação da propriedade, é importante ressaltar – casamento interétnico é um negócio muito sério, em termos de sociedade brasileira, é importante vermos.

De todas essas denominações episcopais – presbiterianas, batistas – os metodistas se apresentam como aqueles que têm uma iniciativa no sentido de querer trazer a questão da discriminação racial para o interior da igreja. A tendência dessas denominações é: somos o rebanho de Cristo, o mundo lá fora é que é pecaminoso. Inclusive tem programas de rádio para caírem de porrada em cima de candomblé, de umbanda, para dizer que é coisa do demônio e coisas tais.

Claro que a mulher é muito discriminada nessas igrejas, no entanto menos que na católica, diga-se de passagem. De qualquer forma, a mulher

negra muito mais; inclusive há a afirmação de determinados metodistas que os negros seriam descendentes de Caim.

Temos aqui o depoimento de uma pastora negra metodista, que conheci. Ela vai fazendo uma série de colocações: o processo do branqueamento, usava peruca também, essas histórias todas que se repetem pela própria vítima da discriminação, a história do limpar sangue e coisas tais. Ela se transforma em pastora da igreja metodista. Então, mandaram-na para uma igreja no Paraná, onde só há branco. Já sacanearam a crioula. Mandaram-na para lá. Ela é muito ativa, uma pessoa ótima, muito inteligente, etc., e conseguiu desenvolver algum trabalho, depois começou a ler alguma coisa sobre sociologia, etc., tirou a peruca fora. Aí começaram as grandes dificuldades dentro da igreja, a ponto tal que teve que largar a paróquia, ou não sei como eles dizem, e voltou. Com relação ao texto, ela termina assim: “Porém, nem o reconhecimento do seu lugar de pastora, que podia ser traduzido em termos de poder, garantiu sua permanência ali, no Paraná. Voltou à universidade, para fazer pós-graduação”. E completei: e enlouqueceu, porque essa menina realmente enlouqueceu. A barra foi tão pesada para a cabeça dela, porque começou a querer articular-se com o movimento negro, etc., e a cabeça dela “dançou”. Um belo dia seus amigos encontraram-na andando pelas ruas toda suja, sem dormir, falando, falando... Quer dizer, pirou geral, porque não agüentou esse tipo de pressão.

É importante chamar atenção para isso, porque o texto, de modo geral, é a reprodução do preconceito de não haver preconceito, como disse o Florestan Fernandes, e de tomar sempre os Estados Unidos como modelo: nos Estados Unidos é que há racismo; aqui não há, os negros mesmos dizem isto e, sabemos, existe aí de montão.

Portanto, essa cidadania a que estamos nos referindo aqui, no decorrer destes debates, a cidadania do negro é uma cidadania estraçalhada, é uma cidadania dilacerada, uma vez que a questão da identidade está aí colocada também, no sentido de vergonha de ser negro, no sentido de ir buscar outras, por exemplo, no caso as igrejas, para poder encontrar um lugar no paraíso. Certa feita meus alunos fizeram uma pesquisa sobre ditos contra o negro – a expressão racismo deles tem muito a ver com isso: “crioulo vira protestante para chamar branco de irmão” – esta aí é trágica, mas, de repente, passa por aí mesmo, porque é aquela atenção, é aquela preocupação no sentido de ser igual ao branco, no entanto há diferença, pois essa diferença está sendo repassada o tempo inteiro. É uma espécie de consenso, no que diz respeito à rejeição do Movimento Negro, muito interessante. E eu, enquanto fundadora do Movimento Negro Unificado, me recordo que a Igreja Católica também nunca nos viu com bons olhos, inclusive porque éramos o criouléu de esquerda, o criouléu que estava tentando articular questões de raça e classe, como o caso do Movimento Negro Unificado. Não tínhamos muita guarida na Igreja Católica. Fomos tê-la na Igreja Metodista, por

exemplo, para a realização do nosso I Congresso Nacional em 1979, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. E justamente na Igreja Metodista que, evidentemente, surgiu este caso, o caso de uma pessoa pifar a este ponto, como essa pastora negra, porque daquelas analisadas aqui, a que efetivamente levanta a questão racial, levanta a questão do movimento negro, é a metodista. Temos declaração de bispo, como é o caso do Bispo Aires, do Rio, que é negro, que se assume como negro, e faz colocações neste sentido.

Recordo-me de que, no ano passado, no Encontro de Mulheres Negras nos Estados Unidos, com companheiras de El Salvador, da América Central, etc., grandes colocações por exemplo, o papel do imperialismo mesmo, no sentido de exportar certas formas de práticas e de crenças religiosas para a América Latina, em geral, no sentido da não mobilização da população.

Vemos essas coisas sendo colocadas aí. Em termos de Movimento Negro, há uma dificuldade muito grande, porque, de todas as denominações aqui analisadas, apenas a Metodista assume a necessidade de Movimento Negro, inclusive no seu próprio interior. As demais, todas rejeitam, dizem que o Movimento Negro é para separar... Vejam como é engraçado: de repente os dois discursos coincidem: o discurso da esquerda ortodoxa, antes de 79, que dizia que estávamos querendo dividir; e o discurso do pessoal dessas denominações, dizendo que também queremos dividir, porque o Movimento Negro é para separar, pois que não existe movimento branco. Como é que pode existir movimento negro?! Quer dizer, há uma necessidade de identificação com o branco de tal ordem, e essa identificação se faz, evidentemente, via Jesus Cristo, via Evangelho, via Bíblia, faço esta colocação com muita tranquilidade, porque também já passei por este processo, porque houve época em que eu era espiritualista, porque, sendo só espírito, eu não via esse corpo preto, essa cara preta, esse cabelo que chamam de ruim, esses lábios que chamam de beiços, esse nariz que chamam de achatado, enfim, eu saía do mundo, ia lá para cima, virava um espírito. Maior barato ser espírito, aí não há problema.

Estou colocando esta questão em função de uma de ordem política muito séria que está a caminho – a questão da Constituinte, a questão que já vimos hoje de manhã, quando tratamos da questão do planejamento familiar, da questão do aborto, da questão da educação, porque também sabemos que efetivamente a Igreja Católica, ao criar as suas Comunidades Eclesiais de Base, estava articulando um movimento de reação, não só à expansão das igrejas protestantes, sobretudo das pentecostais, como também às religiões afro-brasileiras.

Temos que pensar nessas questões todas. Temos necessidade de refletir sobre a questão da cidadania do negro brasileiro, porque essa cidadania só se dá para aqueles neguinhos que são pinçados para o modelo da democracia racial, se dá à custa da negação de si mesmo, na negação da própria identidade. Nequinho vira branco mesmo e detesta crioulo.

Paro por aqui, depois continuamos.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Depois de ouvir a professora Lélia Gonzalez, acrescentarei alguma coisa que estava lembrando, quando ela falava. Por exemplo, quando fazia a comparação das igrejas.

Quando era garoto, na minha cidade, cidade predominantemente católica, havia duas associações religiosas femininas: as filhas de Maria e as Efigênicas. As filhas de Maria eram virgens e brancas; as Efigênicas eram virgens e negras, não podiam misturar-se. É Minas Gerais realmente. Não sei se essas associações ainda existem, porque uma das condições era que se fosse virgem. Então, não sei realmente se continua. Lembro-me do caso de uma moça negra que era amiga da família da minha mulher, e se candidatou a ser freira, essas freiras que vivem em completa reclusão, carmelitas, e ficou, durante anos, trabalhando no convento como serviçal, esperando a autorização do Papa e, afinal, a autorização não veio. Ai ela se desiludiu e saiu.

Realmente o problema é de tal gravidade que até dentro das religiões que pregam a igualdade o preconceito está presente, porque, quando perguntamos onde estão os ministros negros, quando se pergunta onde estão os bispos negros, os cardeais negros, lógico que vão apontar que estão na África.

Vou passar agora a palavra ao professor Carlos Hasenbalg, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro que tem livro publicado sobre o assunto.

CARLOS HASENBALG (IUPERJ/RJ) – Em geral, sempre prefiro falar antes da professora Lélia e não depois, porque não falo de improviso, acompanho as minhas notas e não sou carismático. Em outras oportunidades, quando nós dois falamos em algum lugar, sempre dou um jeitinho de falar antes dela. Hoje seguimos a ordem da listagem do programa.

Vou fazer uma pequena digressão sobre alguns teóricos analistas da questão da cidadania – T.H. Marshall e Bendix. No entanto, vou pular isso, para entrar direto na questão do Brasil. Situo-me, vou apoiar-me no trabalho de um colega meu, Wanderley Guilherme dos Santos – “Cidadania e Justiça”, e farei um esboço histórico muito rápido dessa questão de cidadania no Brasil, que historicamente tem tido e ainda hoje tem estatuto muito precário, particularmente no que se refere ao negro. Depois desse rápido esboço histórico, vou ver como o negro entrou nessa história, vou dar algumas pinceladas históricas sobre a questão do negro no período republicano, depois da Abolição.

O que temos na República Velha? Na República Velha temos o intento de implantar uma ordem econômica “laissezferiana”, basicamente no setor urbano capitalista do País. Por outro lado, a resposta repressiva do poder público à crescente organização da força de trabalho, no caso do Rio, no caso de São Paulo. Já em 30, depois de partir de 37 – Estado Novo, até

45, o que podemos falar, e aí me aproprio do conceito do Wanderley Guilherme, é que Vargas criou algo que se poderia chamar “cidadania regulada”. Em que consiste essa cidadania regulada? Vou citar um pouco, textualmente, o conceito do Wanderley Guilherme. Diz ele que “cidadania regulada” é o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não no código de valores políticos e sim num sistema de estratificação ocupacional, é definido por uma norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram em qualquer das ocupações reconhecidas e definidas em lei. Basicamente o sistema de controle corporativista montado por Vargas, com relação à força de trabalho.

Desse sistema de cidadania regulada é óbvio que estavam excluídos campesinato, trabalhadores rurais e todas aquelas ocupações urbanas não regulamentadas. A expressão dessa cidadania regulada se fazia ora pela regulamentação de novas ocupações, ora pelo acréscimo de outros direitos às ocupações já regulamentadas.

Em 45, se dá esse processo de redemocratização na sociedade brasileira e poderíamos falar que se estabelece uma ordem democrática limitada. Ou seja, há competição política, porém esse sistema de controle corporativo da força de trabalho, montado no Estado Novo, continua na legislação celetista e continua funcionando durante o período 45/64 e continua também a exclusão do campesinato desse sistema de cidadania regulada. Veio 64, o golpe militar. O que isso representa? Representa o recesso da cidadania política, representa o retrocesso da cidadania em algumas importantes direções sociais da cidadania. Aqui o mais evidente e conhecido imperativo que ensejou o processo de concentração da renda naquele período. Há também um fraquíssimo desempenho do sistema educacional, no sentido de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação elementar. Ou seja, houve esse bem grande crescimento do sistema universitário brasileiro, mas a educação elementar básica, primária, é uma coisa que ficou relegada para as calendas do futuro.

Aparentemente, em princípio, em teoria, o único elemento positivo que teria surgido neste período 64/85, o sistema previdenciário do FUNRURAL, ou seja, para atingir a população rural, o trabalhador rural via FUNRURAL, o que se fez foi a sindicalização de todos os trabalhadores agrícolas. Abriu-se a sindicalização dos trabalhadores agrícolas como forma de se atingir esse sistema previdenciário do FUNRURAL. Em princípio e em teoria, tem importância, porque significou uma ruptura com essa ordem regulada anterior. Já, nesse caso, o trabalhador rural é portador de direitos enquanto cidadão, e não como membro de uma rubrica educacional. Seria uma das poucas coisas que, em termos de definição de cidadania, nesse período nefasto 64/85, teria dado uma contribuição, se bem que não deliberada e não intencional. Foi uma consequência não deliberada do estabelecimento desse programa previdenciário para o

trabalhador rural. Foi um negócio rapidíssimo da evolução da cidadania no Brasil no período republicano.

Como é que entra o negro? Não dá para esgotar o assunto, há muita coisa a ser dita. Possivelmente no debate possam ser tecidas mais considerações. Não me vou referir àquilo que a Lélia já explicou, até de maneira emotiva, porque sofre na própria carne. A ideologia de embranquecimento que implementaram no Brasil significa o massacre da identidade negra. Daria algumas pinceladas históricas, até quase anedóticas, para chegar um pouco ao ponto atual, ou seja, como é que estou vendo a questão.

O que temos? Em 1888 são libertos pouco mais de 500 mil escravos no Brasil. Existia uma imensa população negra que já era livre antes de 88. Essa população negra livre já estava confinada na base da hierarquia sócio-econômica, isto é, estava convenientemente estratificada e confinada na pirâmide sócio-econômica. Temos o início do Brasil republicano. Nesse início do Brasil republicano já aparecem dois dispositivos legais, em 1891, que vêm limitar até hoje a cidadania, atingindo particularmente o negro: uma lei de vadiagem; outro, a restrição ao voto do analfabeto, que só foi levantada este ano. Como sabemos, do final do Império para o início da Primeira República a proporção de votantes na população decaiu violentamente. É óbvio que a população negra, àquela altura do início da Primeira República, era maciçamente analfabeta. Significa que até hoje boa parcela da população negra esteve alijada da sua condição de participante no jogo político-eleitoral.

Qual era a situação do negro até 1930, ou seja, desde a Abolição, início da República, até 1930? Por um lado, a grande maioria da população negra ficou imobilizada por relações arcaicas de trabalho, por esse sistema repressivo de trabalho de quase servidão nas regiões agrárias mais atrasadas do País: o Nordeste, particularmente; o Norte, a própria população negra se fez pelo Norte; e também em Minas Gerais. Por outro lado, no Sudeste, particularmente em São Paulo, ponto que Florestan Fernandes analisou com detalhe e conhecimento, o negro é desalojado do local de trabalho, é jogado à periferia da economia capitalista em expansão. Ocorreu essa situação muito particularmente em São Paulo.

Outro marco histórico na questão da cidadania do negro: 1933. Em 1933 é publicado “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freire. Este livro é a codificação acadêmica do que hoje chamamos o mito da democracia racial. Qual é o significado dessa idéia de democracia racial? Um dos significados é que o negro é integrado simbolicamente à Nação brasileira. A contrapartida dessa integração simbólica são alguns resultados até hoje muito difíceis de se lidar com eles. Basicamente o fato de ter montado, codificando academicamente, esta idéia de democracia racial, as questões do racismo, de preconceito e de discriminação racial, são definidos, na retórica oficial, como não problemas, portanto, indignos ou não merece-

dores de transformar-se numa questão pública e matéria de discussão política. É algo que hoje em dia ainda está vigente.

Outro marco: 1937 – é fechada a Frente Negra Brasileira, quando estava ameaçando transformar-se em partido político. Vamos para 1950. A taxa de alfabetização da população branca – 53% – é mais do que duas vezes superior à da população preta e parda, que era de 25%. No ano seguinte, 1951, é promulgada a Lei Afonso Arinos. Ironicamente a lei é promulgada como reação a um incidente de discriminação sofrido por uma negra estrangeira, uma bailarina americana, Katherine Duncan, que lhe teve negadas acomodações em um hotel de luxo, em São Paulo.

Na década de 70, quando comecei a estudar o assunto, cataloguei, compilei notícias de discriminação racial publicadas na imprensa entre 1968 e 1977. Só tomei conhecimento de um caso em que alguém foi processado e condenado na base do art. 4.º da lei. Aconteceu em 1975. Essa pessoa condenada teve uma pena de prisão de 15 dias, que foi comutada por uma multa de 15 cruzeiros, que, na época, era aproximadamente 50 centavos de dólar. Essa é a Lei Afonso Arinos e os seus resultados práticos.

Pulo agora para a situação de 1980. Os dados que o IBGE publicou, e voltarei a falar do IBGE mais para o fim: a educação – pessoa sem instrução ou com menos de um ano de instrução. Branco, 25%; negros, incluindo pretos e pardos, 48%. A percentagem de pessoas virtualmente analfabetas entre pretos e pardos é praticamente o dobro do grupo branco. Na outra ponta do sistema educacional, ou seja, aqueles que completam 7 anos ou mais de estudo: brancos 4,9, aproximadamente 5%; pretos e pardos, 0,8%.

Conclusão óbvia: esse grande *boom* universitário havido no Brasil nos últimos 20, 25 anos, praticamente exclui desse crescimento rápido de matrículas e diplomas a população negra. Ou seja, menos de uma em cada cem pessoas pretas e pardas conseguiram ultrapassar esses 7 anos de estudo. Estrutura ocupacional – tremenda desigualdade. Alta concentração de pretos e pardos na agropecuária, na prestação de serviços, onde a mulher negra entra fundamentalmente no serviço doméstico; no caso dos homens, na construção civil, ou seja, nas ocupações pior remuneradas.

A renda média da população economicamente ativa de pretos e pardos em 80 também era ligeiramente inferior à metade da dos brancos.

O que explica esse quadro de desigualdades raciais? A seqüela da escravidão? A herança do passado? Os efeitos tardios da experiência da escravidão?

Tenho levantado objeções a este tipo de aplicação de desigualdades raciais que fazem apelo para o passado escravista, como forma de explicar a situação sócio-econômica da população negra no presente. O melhor argumento para criticar esse tipo de explicação está dado pelas pesquisas de mobilidade social feitas, nos últimos anos da década de 70 e agora nos anos 80, por Nelson Andrade Silva, pelas autoras desse trabalho, que só foi

publicado este ano. Antes havia uma espécie de circulação apenas clandestina, porque foi produzido lá dentro do IBGE. Todo esse conjunto de pesquisas sobre mobilidade social indica que há desigualdades raciais, que estão sendo reproduzidas no presente, ou seja, são desigualdades entre brancos e não brancos que são transmitidas de geração para geração, na medida em que brancos e não brancos ou brancos e negros enfrentam diferentes estruturas de oportunidades sociais.

Um exemplo: se vocês considerarem a pessoa que tem a mesma classe social de origem, brancos e não brancos; vamos ver quanta educação cada uma tem. Sistemáticamente a população não branca tem menos instrução do que a população branca da mesma origem social. Vejamos qual a inserção ocupacional das pessoas que têm o mesmo nível educacional. Sistemáticamente como ocorre com a igualdade de educação, a inserção ocupacional é muito mais achatada para baixo na hierarquia ocupacional. Peguemos também pessoas com a mesma educação, brancos e negros. Sistemáticamente a renda obtida pelo negro é inferior à do branco, com um agravante: esse diferencial de renda aumenta na medida em que se passa para níveis educacionais mais elevados. Ou seja, quanto mais elevada a educação, maior o diferencial de renda entre brancos e não brancos. Tal fato foi constatado muito recentemente por uma pesquisa feita pelo CEAD e DIEESE, para a Grande São Paulo. A média dos rendimentos do trabalhador branco, por hora, era de 4.580; para o negro 2.140, ou seja, menos da metade. Entre os analfabetos, brancos e negros ganham praticamente a mesma coisa. Com o nível de escolaridade, aí aparece a grande diferença de rendimento. Por exemplo: para quem tem 2º grau completo, os trabalhadores negros ganhavam 8.715 cruzeiros por hora, enquanto os brancos, 14.636 cruzeiros por hora, ou seja, os negros têm 59% do rendimento dos brancos.

Essa diferença que estou mencionando, a título de ilustração empírica, aponta que hoje em dia é muito maior, em termos relativos, do que aquela que existe nos Estados Unidos entre brancos e negros. O Brasil sempre se olhou no espelho do sistema racial americano para concluir sobre a benignidade da sua democracia racial.

Conclusão: não será através dos processos de mobilidade social e individual que a diferença sócio-econômica entre grupos raciais e a baixa participação do negro em várias dimensões de cidadania vão desaparecer. Os estudos sobre mobilidade social mostram que as desigualdades estão sendo reproduzidas constantemente no presente. O negro fica continuamente confinado a posições inferiores.

Quanto ao futuro, estamos aí num processo de reabertura democrática – democratização ou redemocratização. Não que queira dar um toque pessimista, mas, pelo menos, não sou muito otimista, e tenho alguns motivos para não ser muito otimista. Um desses motivos é por força da lei, é possível acabar com um sistema de segregação racial legalmente instituído.

Neste caso, nos Estados Unidos, a partir daquela famosa decisão da Corte Suprema, em 1954, *Brown versus* não sei qual Estado, começou o processo de desmontagem do sistema de segregação racial americano. Já é muito mais difícil decretar por lei o fim de um sistema racista, de seleção social, que não está legalmente sancionado – o caso brasileiro.

Em princípio, se se olha para a frente, se se pensa na Constituinte, nos dispositivos legais que poderiam ser derivados dessa futura Constituição, é uma dificuldade séria: como lidar com um sistema de racismo que não tem sanção legal, que funciona de maneira informal, porém muito eficiente, mantendo o negro na base da hierarquia social.

Outro aspecto que também me deixa pouco otimista – prefiro não me declarar pessimista – é um pouco daquilo que Florestan Fernandes, já há algum tempo, no seu livro “Interação do Negro em Sociedades de Classes”, chamava a atenção, e a que, há pouco, a professora Lélia se referia: perdura ainda hoje um isolamento político dos negros. A população branca em geral, a classe política brasileira, os intelectuais progressistas e não progressistas, a comunidade de cientistas sociais no Brasil, se acomodam confortavelmente a essa retórica oficial da inexistência de um problema racial no País. É como se os ouvidos brancos estivessem impermeabilizados para aceitar a idéia de que no Brasil há racismo, há discriminação, há preconceito. Isso tem efeitos sobre a identidade do brasileiro, como a professora Lélia lembrava, tem efeitos na participação do negro nas várias dimensões de cidadania e tem efeitos na reprodução dessas desigualdades que confinam continuamente o negro a posições inferiores na sociedade.

Indícios captados no ar: qual é a composição da Comissão Pré-Constituinte que está aí funcionando com 50 membros? Ao que me consta, há um negro, há duas mulheres, não tenho certeza se um ou dois operários, e nenhum índio. O perfil dessa Pré-Constituinte realmente não é muito representativo da sociedade brasileira.

Lembro que o presidente Tancredo Neves, não sei se antes da eleição pelo Colégio Eleitoral ou depois, teve um encontro com negros e negras e se mostrou sensível à idéia de que algo deveria ser feito. Há a idéia, por exemplo, de se criar, no plano federal, algo semelhante ao que existe no Governo Montoro, em São Paulo – o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra –, ou algo também assemelhado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, bravamente perseguido pela deputada Ruth Escobar.

Está se vendo que nada disso aconteceu, não foi criado nenhum Conselho, a nível federal, para lidar com esta questão.

Ultimamente tenho conversado com militantes negros, particularmente no Rio de Janeiro. Em Campinas, houve, no mês passado, um seminário: “Jornada do Negro pela Constituinte”. Também perguntei lá aos organizadores sobre que idéias estão surgindo; sobre o que se está

pensando encaminhar para essa Constituinte, em termos de reivindicações, agendas de reivindicações do negro. As respostas que tenho obtido são muito evasivas. Em geral todo mundo diz: quem está fazendo o trabalho de recompilação é Hélio Santos, esse único negro que participa da Comissão Pré-Constituinte.

Acredito que algumas coisas básicas possam ser feitas. Algo tem que ser pensado, no sentido de substituir, reformular ou jogar ao mar, criar outra coisa no lugar da Lei Afonso Arinos, pois, como já mencionei, seria preferível ficar sem nenhuma. Pelo contrário, às vezes, quando um negro tenta acionar alguém por esta lei, recebe represálias. Algo poderia ser feito no plano constitucional para que para igual trabalho haja igual remuneração, tendo em vista que hoje em dia por igual trabalho o negro recebe menos. Isso também tem as suas limitações, isto é, se um branco e um negro que estão trabalhando na mesma ocupação, o negro deveria obter igual remuneração. No entanto, isto não soluciona o problema da iniciação ocupacional do negro, que é sempre mais para baixo e mais achatada.

Há de se pensar também no problema da articulação do negro com os vários movimentos sociais, no caso de conflito de terra urbana, conflito de terra rural, problema de bóias-frias, problemas de loteamentos clandestinos de periferias. Exatamente por estar nessas situações periféricas, deve representar-se nesses movimentos sociais. Mesmo que não esteja participando, de alguma forma, desses movimentos sociais, que vão levar a coisa adiante, não resolve o problema do negro com a negra, o problema de racismo. Por exemplo, se se pensa em termos de alguns programas de políticas sociais que hoje estão sendo implementados, dirigidos particularmente para populações de baixa renda, programas redistributivos – leite para crianças, complementação alimentar, etc., isso também terá algum impacto, pode ter algum impacto, simplesmente elevando um pouco os níveis de progresso, nos quais o negro está certamente presente. Também isso não resolve o problema do racismo como mecanismo de seleção social. E é possível.

Estava pensando ontem, já se tem visto, está-se falando por aí que em 85 houve certa recomposição salarial, ou seja, os ganhos salariais foram reais, em torno de 12% etc. Ia crescer novamente. No entanto, basicamente o negro está excluído, em grande parte, das categorias sindicais, que são as que têm maior poder de barganha hoje em dia. Essa reversão das políticas de achatamento salarial para a recomposição salarial também não está afetando muito. O negro não está presente nos sindicatos operários com melhor poder de barganha. O quadro é muito complicado. Confesso que a situação é “branca”, porque não consigo vislumbrar como, pelo caminho da Constituinte, essa reivindicação da população negra, em termos de desigualdades sociais, violência policial, violência simbólica, etc., possa vir a ser encaminhada, inclusive porque existe o problema da identidade: quem é negro no Brasil? Quem é branco no Brasil?

Estas são, mais ou menos, as minhas dúvidas. Realmente, confesso que tenho que falar muito mais, como as pessoas que estão pensando em termos de Constituinte. Até agora não cheguei a vislumbrar muitos caminhos, muitas idéias. Eliminar a Lei Afonso Arinos, fazer alguma coisa mais operacional e efetiva, igual trabalho, igual remuneração; vale tanto para negro quanto para a mulher. São coisas que podem vir dentro de um pacote constitucional, de reforma constitucional. Além disso, estou numa encruzilhada, não sei muito bem em que medida estão os trabalhos dessa Constituinte, cujos trabalhos vão possivelmente acabar já no centenário da abolição, enquanto poderá realmente contribuir para amenizar, diminuir – não vou dizer eliminar – o racismo no Brasil.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Muito interessante a sua exposição e concordo. A Constituinte não vai resolver a questão do racismo, porque não se muda o pensamento de um povo, não se muda o comportamento de um povo através de leis, principalmente num país – como foi acentuado – em que não existem leis realmente racistas.

Antes de abrir o debate, já que se falou em Lei Afonso Arinos, lembro que esta Lei é também uma lei racista, no sentido em que, na sua justificativa está bem explícito: “esta lei está sendo criada para prevenir que idéias estranhas, vindas de outros países, introduzam o racismo aqui dentro” – o primeiro racismo. É uma incoerência. Faz-se uma lei contra algo que oficialmente não existe.

Há uma expectativa muito grande quanto à Constituinte. A Constituinte é importante, mas não acredito que vá ser essa grande panacéia nacional que todos estão esperando.

Neste momento a palavra está franqueada.

EDSON LOPES CARDOSO – Faço mestrado em Comunicação na Universidade de Brasília, integro a Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, sou membro do Diretório do PT aqui, e era da Executiva até o mês passado.

Antes de começar minha intervenção, pinçarei da sua fala algo muito mais grave do que você pescou na fala do José Dirceu, de manhã.

O detalhe do José Dirceu, esse detalhe da linguagem, a linguagem permeada do racismo. O racismo é total; está na linguagem também. É detalhe que, se compararmos, por exemplo, com a sua afirmação de que não temos um ministro negro – e é profundamente racista –, ingênuo até, na medida em que, quando se vai ter uma mudança de ministério não se pergunta qual determinante para o ministro entrar, quais são as negociações que estão sendo feitas. Se vai ser negro ou branco, o que me vão interessar são seus compromissos políticos e ideológicos. Poderíamos ter uma ditadura neste País, toda de negros, como temos na África. Não vai ser esse detalhe do ministro negro que vai dizer que a questão do negro está

avanzando neste País. Não. Na sua fala, de que não temos ministro negro, é muito importante pescar isso e fazer esta observação.

Vou atualizar um pouco essas falas, porque penso não só como pesquisador da questão mas também como militante. É importante, hoje temos uma visão muito mais ampla do que está acontecendo com o Movimento Negro no País e com a questão racial no País. Estão acontecendo algumas coisas muito importantes. Na verdade, esse avanço do Movimento Negro no País é inegável. E por que é inegável? Porque vem provocando deslocamentos das visões da questão racial no País. A direita, que sempre defendeu o mito da democracia racial, particularmente o Sarney, no discurso da ONU, ainda afirma, como garantia da sua legitimidade de repúdio ao *apartheid*, o fato de no Brasil o racismo ser um crime punido por lei e que aqui temos a democracia racial. Isto recentemente. Ainda é o discurso oficial. Aparentemente este é o discurso oficial, porque, na prática, o Movimento Negro vem acuando esse discurso, da seguinte forma: em abril deste ano, um deputado da Bahia, do PDS, Gorgônio Neto, preocupado com o que ele chamava ideologização do processo político, preocupado com algumas questões muito graves, lista estas questões para um repórter da *Folha*: o caso Baumgarten, o Otávio Medeiros é chamado para depor – o que ele vai chamar a questão militar; o projeto de reforma agrária do Sarney, que é a questão agrária – é um assunto grave, era uma radicalização; algo muito estranho para ele – ele diz a palavra “estranho” – a criação de um Movimento Negro no Brasil. Então, a questão racial está inserida, em grau de importância com a questão militar e a questão agrária. Embora estranhe a existência da questão racial, o deputado inclui como problema muito sério essa contradição. Isso em abril.

Mais para o final do ano, a direita – Gorgônio Neto é deputado do PDS –, a direita, quer dizer, o PDS, com o emblema PTB, lança um candidato negro da cidade onde o negro é praticamente 80% da população. Não que ele fosse negro somente com o discurso, seu apelo, sua campanha. Fui lá pesquisar, é a minha cidade inclusive. O apelo da sua campanha é um apelo racial. Então, esta é a posição da direita: “vote em Edvaldo Brito. É para quem tem a Bahia no sangue”. Toda entrevista que fiz, todo negro entendia isso como para quem tem negro no sangue mesmo. Essa é uma campanha da direita, já com base em um apelo racial. A direita que sempre negou a existência da contradição racial no Brasil, puxa isso.

Tivemos aqui na UnB, há menos de um mês, o Frei Beto. A posição da Igreja, que tem, trabalha com o seu grupo, Grupo União Consciência Negra. Frei Beto disse aqui, na Universidade de Brasília, que “a liturgia católica tem muito a aprender com a liturgia do candomblé” – e essa expressão já é uma expressão nova – é uma questão cultural muito séria. Palavras do Frei Beto, aqui.

Então, esse avanço do Movimento Negro empurra a direita, empurra a Igreja e empurra a esquerda. Foi criada no Distrito Federal, a Comissão Negra do PCB, o que é um grande avanço.

O que temos hoje? Qual é o Código que temos hoje? Hoje, devido ao avanço do Movimento Negro, há uma grande consciência no País das contradições raciais. Ninguém hoje vai dizer, com uma posição chamada de ortodoxa, que ela é um mero apêndice do econômico. Ela começa a tomar vulto com a característica de uma contradição importante, como a contradição de sexo, e também como a contradição econômica. Esse avanço vem empurrando e deslocando posições. O que acontece nesse momento de vitória do Movimento Negro? Pela sua grande despolitização e pela grande manobra que é feita sobre o Movimento, pelo oportunismo, o que acontece? Ele vai sendo cooptado por essa coisa, que é o Carlos Moura na Assessoria do Minc, que é a Lídia na Secretaria do GDF, sem se dar conta de que permitir recuo foi a sua força enquanto Movimento Negro. E eles começam, então, a trabalhar agora para desfazer o Movimento Negro.

Ora, essa discussão da cidadania só passa para o negro se este reforçar as suas formas de organização.

Dou um depoimento, principalmente porque estamos fazendo um ano de Comissão do Negro no PT. Chegamos de um seminário no domingo, inclusive há uma pessoa aqui que estava presente, e ela não é do PT, e ela estava presente no seminário, ela é testemunha de quantas pessoas estavam na sala ouvindo o relato de inúmeras experiências que permitiram tirar linhas concretas de intervenção do PT. Pretendemos passar a nível nacional, em relação à questão racial. Muito mais do que uma posição eleitoral, muito mais do que agarrar o negro com esse voto negro, estamos querendo algo muito mais profundo. Os pontos que tivemos depois de anos de militância são os seguintes: primeiro – politização do Movimento Negro, que, como a professora Lélia disse, é difícil um negro ser de direita. Só existe Movimento Negro se estiver vinculado a uma perspectiva de transformação radical da sociedade brasileira, porque quem está na base não pretende subir aqui, negando esse truismo de que só existe rico porque existe pobre. Ora, se o pobre fosse rico, não haveria rico. O negro é o pobre do Brasil. Qualquer modificação na situação do negro no Brasil implica numa alteração profunda da sociedade brasileira. O Movimento Negro tem que ter essa perspectiva. Fora dessa perspectiva não é Movimento Negro, é um agrupamento de negros ou culturalista, e não Movimento Negro, no sentido de transformação da sociedade brasileira. Este é o primeiro ponto nosso.

O segundo é a defesa intransigente do específico da questão racial, evitando vinculá-la a um apêndice econômico. Para nós é fundamental. Os judeus – não tenho racismo contra os judeus – não são pobres. Claro que dentro do racismo passa a questão econômica, mas não como é deformada no País.

Outra questão que nos é fundamental, e aí nos distinguimos de todos os outros partidos: não queremos um agrupamento de negros dentro do PT somente. Queremos fazer um trabalho interno dentro do PT para obter do

Partido uma resposta realmente partidária, que o Partido, como um todo seja negro ou não, tenha uma resposta para a questão racial. Por quê? Porque essa questão é fundamental para o PT, não é acessória. A faixa dos trabalhadores que o PT prioriza é majoritariamente negra, no país, e para o PT ela passa a ser uma questão essencial. É isso que queremos dentro do PT, convencer o PT de que essa questão não é secundária para o Partido, essa questão é fundamental, porque o socialismo pode ser racista.

Quarto ponto: a nossa solidariedade, a nossa vinculação profunda a todos os movimentos que lutam contra a discriminação racial. Não nos afastar do Movimento Negro, que é de onde viemos, que é de onde surgimos e sim ampliar esse quadro de Partido.

A questão da Constituinte. Como vamos para a Constituinte? O que estamos sentindo no oportunismo? Começam algumas pessoas a trabalhar, no discurso para a Constituinte, que o negro tem que votar em negro, porque a presença negra lá é que vai defender os direitos do negro. Esta é uma grande armadilha, porque vai desorganizar uma série de trabalhos. Não é o negro que tem que votar em negro. Temos que eleger para a Constituinte, se possível negros, comprometidos com esse avanço do Movimento, com a organização do Movimento, e não simplesmente pela cor da sua epiderme, como no caso do Hélio Santos, que perdeu a oportunidade de dizer na televisão: peço que se aplique a Lei Afonso Arinos. Perdeu a oportunidade de dizer isto, para ser cooptado e para fazer parte dessa coisa.

Por enquanto, é isso.

LÉLIA GONZALEZ – É bom ouvir isto, é bom ouvir que há isso dentro do PT. Como sabem, fui a primeira suplente da bancada federal do PT do Rio de Janeiro. Na minha quase eleição, fiquei por mil votos, o meu eleitorado não foi apenas negro. Colocando-se a questão da discriminação, tem-se que ser coerente: discriminação da mulher, do negro, do índio e dos homossexuais também. Por causa disso, dentro do PT fui chamada de direita, porque estava levantando essas questões.

Ontem estava lendo um artigo do Carlos Estêvam, na revista *Presença*, a respeito da estrutura partidária no Brasil. Um negócio muito sério, porque ainda está por se constituir. A minha experiência, companheiro, quero passar-lhe, enquanto PT do Rio de Janeiro, foi das mais desastrosas. Eu era da Executiva Nacional do PT. Nessa Executiva Nacional o que percebíamos efetivamente, quando eu fazia as minhas intervenções, foi a denúncia que o Carlos fez aqui: fazia os meus documentos, etc., todo mundo aplaudia, achava muito bonito e nada mais era feito. Os companheiros de São Paulo, vários companheiros foram candidatos. Inclusive a Comissão dos Negros do PT de São Paulo também se organizou e o que se percebe – isso que Carlos Hasenbalg disse aqui – é a realidade em termos de Brasil.

Por outro lado, quando falamos em ministro negro, é figura de retórica. Evidentemente, estamos tentando justamente chamar a atenção para a questão do mito da democracia racial. Percebendo nosso negro, claro, está aí a prova da democracia racial, como você disse. Tem-se a Comissão do Negro, tem-se democracia racial, coisas como tais. Por tudo isso que você está dizendo para mim aqui agora já vínhamos lutando, desde o Movimento Negro Unificado e fomos nós que levamos essas questões para dentro do PT.

De novo chamo atenção para um artigo, aliás, sobre ele falei de manhã aqui, a respeito de um programa que o PT faz a nível nacional. Levantamos os dez problemas mais graves do Brasil. Não colocou a questão do negro. E, como se sabe, temos vários companheiros dentro do PT, de estrato negro, e que não se assumem como tais. Exemplo, o sr. Djalma Bom, que é um crioulo, crioulo mesmo, gosta de samba, etc., e tal, mas só leva a questão do sindical, só leva a questão da luta de classes e coisas que tais. Em termos de PT do Rio de Janeiro, temos um senhor de engenho chamado Wladimir Palmeira. Não dá para se trabalhar dentro de um tipo de partido como este. E há uma diferença profunda, – não conheço bem o PT daqui – entre PT do Rio e de São Paulo. São Paulo é outro papo. No Rio de Janeiro – me perdoem a expressão – não dá pé para nada, nem para ninguém.

Colocando a questão eleitoral, só estou apontando para um sintoma da realidade do Rio de Janeiro especificamente, com relação à eleição de Leonel Brizola, que foi eleito majoritariamente pela população negra. A respeito foram realizados estudos no IUPERJ.

Por exemplo, Leonel Brizola está fazendo um tipo de governo onde investe, efetiva e concretamente, nessa população, via educação. A questão, por exemplo, dos CIEPs. Se se chega a qualquer empregada doméstica, qualquer morador da Baixada Fluminense, claro que existe a questão do profissionalismo e tal, que é outra questão a discutir, mas quando se tem o filho na escola, aquele papo todo que fica o dia inteiro, etc., numa educação que visa rever o discurso e as práticas pedagógicas, que busca rever dentro do CIEP, aí vejo uma atitude puramente concreta e que está visando justamente essa comunidade, que é a grande marginalizada no processo.

Suas colocações em termos de politização do negro, na defesa específica da questão racial, para mim não é programa de ação do Movimento Negro Unificado. Tranqüilamente. No nosso Encontro em 1979, debatemos, nos antecipamos. Inclusive quando se colocou a questão da violência urbana, nos antecipamos, sabendo em cima de quem, a grande vítima em termos dessa violência.

É importante, sim, a participação dos negros dentro dos partidos.

Quando o companheiro Edson Lopes Cardoso fala em agrupamento de negros, os outros partidos teriam agrupamentos de negros; e dentro do

PT, não. Me recordo aqui da fala do José Dirceu ontem – colocou muito bem, aliás, a fala do Dirceu foi excelente – que o PT não se arvora em ser o Partido dos Trabalhadores. Isso é muito importante, demonstra uma maturidade, no sentido do conhecimento maior da realidade brasileira, da complexidade dessa realidade.

Outro partido que vejo preocupado com a questão do negro, de maneira muito mais efetiva, é justamente o PDT. Lá existe um movimento negro interno, dentro do PDT, com suas rachas, com seus pegas, com essas coisas todas.

É importante que, dentro dos partidos, nos organizemos sem nos elitizarmos também, para podermos levar as nossas questões.

Vou dar um exemplo concreto – e é importante – para confirmar o que Edson Lopes falou.

No Governo Brizola temos um secretário de Habitação e Trabalho que é um negro, Caó, que está fazendo um trabalho extraordinário, trabalho muito bom. Ele está transando o quê? A questão de terras, dos loteamentos clandestinos, a questão da posse de terra em termos das favelas, a questão da propriedade de terras das favelas, etc. Está fazendo um trabalho realmente fundamental. É importante, sim, uma figura como a do Caó, que evidentemente é negro, isso em termos da questão da identidade. Até hoje os brancos falaram por nós. Temos que assumir nossa voz. É aquele velho papo, temos que ser sujeitos do nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas. O Governo Brizola, no Rio de Janeiro, colocou negros em três Secretarias de Estado. Dançaram quando tentavam isolar criouleur, simplesmente colocando a nível de epiderme determinada pessoa na Secretaria de Estado, que, infelizmente, era uma mulher. De repente, uma mulher negra – olha, somos os primeiros a ter uma mulher negra. Dançaram. Hoje fazem autocrítica tranqüilamente, porque as duas únicas mulheres negras que havia no Rio de Janeiro, brigando mesmo, estavam as duas no PT. No caso, Bené e eu.

É claro que o Movimento Negro não é um Movimento epidérmico, mas garanto uma coisa, quando a policia cai em cima, cai em cima da epiderme mesmo. Nós, que estamos aqui, na Universidade, que somos os neguinhos letrados, que sabemos uma porção de coisas, tudo bem. Mesmo assim, já sofremos injunções. Como as sofro, por exemplo, no apartamento onde moro. Mudei agora para Santa Teresa. Todo dia eu chegava e a criancada: olha a nega do cabelo vermelho, olha a nega da peruca, olha a nega disso e daquilo. Um dia rodei a baiana, e chamei os pais e falei: qual é?! Aliás, a resposta era assim: não, não é porque a sra. seja negra. De psicanálise entendemos. Em psicanálise isso se chama denegação. Quer dizer, é justamente pelo fato de eu ser negra, só por isso.

Estamos aí sofrendo cotidianamente essas injunções, enquanto mulher negra, enquanto mãe negra.

Embora eu seja professora universitária, viajada pelo mundo inteiro, diabo-a-quatro, pertencço a associações internacionais disso ou daquilo, o que acontece no meu cotidiano concreto? Quando o meu filho saía para ir à escola, ou para ir a festa, para ir ao trabalho ou onde quer que ele fosse, a partir de determinada hora eu começava a ficar verde, porque não sabia se meu filho voltava para casa.

Eu me recordo, perfeitamente, na campanha de 82, estávamos no Morro do Chapéu na Mangueira, fazendo a campanha, Bené e eu, lá em cima do Morro, e o filho da Bené não chegava. A Bené já estava cinza, não conseguia articular nada do seu discurso, porque o filho não tinha chegado, tinha saído cedo para ir à praia, já era de noite e não tinha voltado, porque não sabemos se volta.

O Movimento Negro não é um movimento epidérmico evidentemente. Temos que nos unir aos nossos aliados. Como bem colocou o Terena, aqui, e como sempre colocamos, temos que ter, sem sombra de dúvida, os nossos aliados nos setores progressistas e revolucionários desta sociedade.

Faz justamente um ano, 23 de dezembro, uma companheira nossa saiu correndo para fazer as suas compras nas Lojas Brasileiras no Rio-Sul do Rio de Janeiro. Fez as suas compras. Funcionária pública, atriz, classe média negra. De repente, foi acusada de ser ladra. Passou por uma profunda humilhação, porque foi revistada, apalpada, etc., até que chegou alguém e disse: não, mas essa moça pagou a sua conta. E ela não é pretinha, tinta fraca igual a você e eu. Não. Ela é azul-marinho mesmo. Quer dizer, é crioulo, então é ladrão.

Temos o caso de outra mulher negra que na Sloper do Rio de Janeiro nem sabemos se se suicidou ou se foi suicidada. Pela mesma questão, em tempos de Natal. Ela, com aquele crediariozinho da Sloper, tudo direitinho, comprando. Resolveram que ela era ladra. Levaram-na lá para o último andar e deram porrada, torturaram, fizeram e aconteceram, e a moça se atirou ou foi atirada lá de cima. Não conseguimos resolver o caso.

Existe essa especificidade, sim, a nível de cor de pele. No Brasil a questão é vista por aí. Há muito crioulo aí disfarçado de branco e que não sofre nenhum tipo de injunção como esta.

Temos que ter muito cuidado na colocação destas questões.

Em termos de Movimento Negro, muitas vezes surge uma série de contradições. Vamos perceber que, em termos da comunidade negra, como um todo, é muito importante ver um negro, quando vai pintando aquele negócio, neguinho fica orgulhoso, neguinho fica esperançoso. Evidentemente, nosso papel é tentar organizar essas comunidades.

Quando Frei Beto chega e diz que a liturgia do candomblé tem muito a ensinar à Igreja Católica, para mim até aí morreu o Neves. Pode-se até ser do candomblé... Para a turma do candomblé a Igreja é uma boa. Você sabe disso, pois é da Bahia, você transa candomblé, você sabe, inclusive faz parte, o final da iniciação é uma igreja. A coisa não passa por aí. A questão é

que a igreja não vai assumir o Movimento de União e Consciência Negra, por exemplo. É um Movimento criado pela Igreja, não há sombra de dúvida, mas me recordo muito bem das palavras de um Leonardo Boff: “você se organizem autonomamente, não esperem muito da Igreja Católica”. Realmente não dá para esperar. Eles sempre mamaram em cima da gente. Embora ache importante que ela gere organização de negros lá dentro também, mas com essa consciência, o que não existe nas igrejas protestantes, com exceção da igreja metodista, onde há uma tentativa, efetivamente, de discutir a questão racial. Solidariedade, sim. Temos que ter solidariedade. Solidariedade com todos os movimentos: movimento sindical, movimento indígena...

Tinha trazido um trabalho solitário que vínhamos fazendo dentro da Universidade Católica, enquanto professora, no sentido de colocar a questão do indígena e a questão do negro. A questão não é só no Brasil. É de tal forma jogada para o alto que, por exemplo, trabalho na PUC do Rio de Janeiro, não sou uma “filha da PUC”, porque não estudei lá; professora da PUC, a PUC tem um convênio com universidades americanas. Há poucos dias chamei um companheiro do Movimento Negro para levar um papo lá sobre a questão. Algumas turmas reuniram-se, uma companheira da Ciência Política levou a sua turma também, e, de repente, uma pessoa disse: estou apavorada, estou apavorada com essa situação... Uma aluna americana, não sei se da Universidade de Yale, levantou-se e deu um “esporro” na estudantada que ali estava. Deu um “esporro”, disse o seguinte: como é possível que vocês não tenham consciência do que se está passando aqui no país de vocês? Como é possível que vocês não vejam isto? Estamos vendo que neguinho... Eles ficaram espantadíssimos. Vê-se a publicidade na televisão, esses baratos todos é aquele velho papo, tem-se a impressão de que se está num país escandinavo, coisas que tais. Chega na rua, o visual é outro, o molejo é outro, coisas e tais.

Todas as questões que você está propondo aqui, o Movimento Negro Unificado teve o privilégio de ter sido, nos anos 70 aquele que articulou todas essas questões, desde a sua fundação até 82. Nas eleições, eu pertencia à Comissão Executiva Nacional do MNU. Evidentemente a maioria dos negros que estão no PT foram do MNU. O MNU é uma grande vanguarda em termos da situação geral de perda de identidade, como vimos aqui, com relação à população negra como um todo. Portanto, há necessidade, sim, de estarmos organizados nos diferentes partidos políticos, nos sindicatos, nas universidades, nas escolas, nos locais de trabalho etc. Isto o MNU propunha em 1978. Claro que está muito próximo das propostas do PT, mas me parece que temos que jogar a nossa diversidade dentro do Movimento Negro. Jogar com essa diversidade, sim, porque, como já vimos em termos de movimento de mulheres, é claro que se investe muito mais em questão de mulher. Por exemplo, quando o Carlos falou sobre o *boom* universitário, em termos de ensino universitário que houve no

Brasil, vai-se ver que quem se beneficiou muito com esse *boom* foram as mulheres brancas. De 68 a 73 o número de mulheres nas universidades empatou com o dos homens. Mas que mulheres são essas? Mulheres brancas. Nós mulheres negras que estamos na universidade somos muito poucas. Mulher, então, já se viu...

Concordo absolutamente com as questões que você coloca, porque a minha linha de ação vem por aí. É justamente essa linha de ação que pretendo desenvolver dentro do PDT. Sai do PT e fui para o PDT, porque, vendo Domingos José Ramos manipulando o PT dentro do Rio de Janeiro, da forma como manipula, não se pode ficar. Inclusive, tem-se que trabalhar com aquelas bases, tem que aprovar uma OS, tem que ir para Nova Iguaçu, tem que enfrentar aquela barra pesada de Brizolândia, para tentar articular em termos de uma organização. Consciência negra eles têm, isso eles têm. O crioulo é sábio, sobretudo em termos de violência policial. Tem-se que levar a nível do quê? Do político. E não há dúvida de que o PDT – a meu ver – tranqüilamente investe com muita sagacidade em cima do criouléu. Tranqüilamente. Esta, a minha colocação.

PARTICIPANTE – São duas perguntas: uma, para o Terena; outra para a professora Lélia.

Realmente ignoro a condição do índio. Então, é uma questão de curiosidade.

Morei 23 anos no Rio de Janeiro e acredito que no Rio de Janeiro, em questão do negro, a especificidade é muito grande com relação ao resto do País, assim como acredito que Bahia, São Paulo, cada um tem...

Sou filho de militar e eu morava na Zona Sul do Rio. Lembro-me bem que a minha avó escutava de manhã a Rádio Globo, que tinha um programa em que havia uma historieta policial, e colocava da seguinte maneira: “foi assaltado por três pedaços de asfalto”.

Tenho a impressão de que é específico do Rio de Janeiro. Nunca ouvi isso aqui, em Brasília, como nunca ouvi em São Paulo. Tenho impressão de que no Rio de Janeiro existe realmente uma ligação muito íntima entre o negro e a marginalidade, porque, quando começaram a fazer revistas nos ônibus, dentro do Rio de Janeiro, só eram revistados os negros, realmente. A ponto de minha mãe, que é uma pessoa extremamente reacionária, tirar a carteira de identidade dela e ficar assim: por que não me revistam? Por que eu sou branca? Criou problemas dentro do próprio ônibus com o policial. Dentro do Rio de Janeiro, é específico, tem essa ligação realmente de marginalidade e o negro.

PARTICIPANTE – Em São Paulo?

PARTICIPANTE – Não, não sei. Não conheço São Paulo. Aqui, em Brasília, não vejo isso. Não sei se existe. Pode ser menor também. No Rio

de Janeiro, o próprio meio de comunicação influi constantemente e bate nesse assunto. Inclusive algo agressivo.

Pode ser por isso também. De repente, vai-se puxar esse assunto. Acredito. Citei o exemplo do Rio de Janeiro porque é o exemplo que conheço.

PARTICIPANTE – Fica mais explicitado.

PARTICIPANTE – Exatamente. Esse assunto racismo tem que ser levado também para o próprio meio de comunicação. Como a professora Lélia mesma colocou, parece que estamos num país escandinavo, onde todo mundo é ariano, quando, na realidade, sabemos que não é nada disso. A Rede Globo de Televisão legitima o padrão de beleza do branco. O negro é sempre empregado doméstico ou, no máximo, um preto velho bonzinho. Não há condições. Amanhã vai ser discutido o meio de comunicação, de grande influência na questão.

Quanto à questão do negro em si, tenho muito medo haja algo que você colocou no final, e que ia até falar. Tenho medo de que eles se coloquem num gueto. Tenho medo disso. De repente começa, a segregação existe, é real, embora não seja reconhecida, e não sei se esse não ser reconhecida pode ser uma vantagem ou não no caso similar, exatamente por esse não reconhecer mudar o sistema por baixo dele, usando o próprio sistema para mim. Não sei, pode ser uma tática errada, pode ser uma maneira errada de eu interpretar. Tenho a impressão de que, muitas vezes, quando se coloca somos negros – vai-se transformar até num folclore ser negro, e não o negro realmente, porque existe a folclorização do negro, que é algo gravíssimo e doloroso de ver. Do negro e do índio.

PARTICIPANTE – As culturas negras e indígenas neste País são consideradas como folclore.

PARTICIPANTE – Existe esse perigo. A identidade negra, além de belíssima, tem que ser cultivada. Existe esse perigo da folclorização, nessa intensificação.

A outra pergunta que tenho destina-se ao Terena.

Acredito que deva ser extremamente humilhante ser tutelado pela FUNAI. Não há dúvida. Praticamente você tem direito à carteira de identidade? Não pode viajar? Pode viajar? Ignoro completamente e sou curioso por saber. Pode ser que a maioria das pessoas aqui conheçam. Não conheço e gostaria de saber, realmente.

MARCOS TERENA – Como eu disse àquela hora, falando a meu respeito, quando conheci a FUNAI já tinha tudo. Tanto que vou contar uma história, para que se entenda o problema.

Quando estava aprendendo a pilotar avião, geralmente quem dá instrução é um oficial, já é um tenente, ou um capitão. Quando estava aprendendo a pousar o avião, que chamamos de curva-base, ou seja, quando se vira o avião para ver a pista, o tenente me deu um tapa no capacete (usamos um capacete) e disse: capricha nesse pouso, japonês. Foi exatamente um choque que provocou uma reação, que até então eu nunca tinha tido. Ajeitei o capacete, fui lá, pousei o avião, quando saímos da pista, disse para ele – sabemos disso, mas eu disse tenente, gostaria de fazer uma observação para o sr. Ele disse: pode fazer, o que é? Eu falei: não sou japonês sou um índio. Ele ficou tão chocado também com isso, – um índio? Geralmente depois do voo é feito o que chamamos *briefing*, ou seja, depois o oficial diz onde é que falhou, onde é que acertou. Ele não fez isso de imediato. Por quê? Depois ele me disse: aprendi muito com seu povo, porque fiz sobrevivência na selva junto com os índios, quer dizer, se eu cair amanhã no mato, sei me virar, porque aprendi com os índios.

Naquela época, apesar de eu já ter toda esta indumentária que geralmente as pessoas têm, ninguém questionou a minha identidade, a minha origem. Quando quis ser piloto da FUNAI, o pessoal disse não. Por que vamos dar um avião para você, se você é tutelado, se você é incapaz para dirigir um avião? Falei: mas não é você que avalia isso, quem avalia isso é a Aeronáutica. Então, vamos questionar isso com a Aeronáutica. A Aeronáutica responde: não, não interessa se o camarada é negro, branco, índio, ou mulher. O que interessa é que esteja habilitado para essa função.

Na verdade, muitos índios viveram essas situações também e não querem identificar-se como índio, para não sofrer esse tipo de discriminação. Conheço índios que são médicos, são engenheiros e não querem mexer com isso, porque já têm a vida pronta. Por exemplo, tiro uma identidade aqui, se valer toda minha identidade, ninguém vai descobrir se sou índio. Talvez pelo rosto vai-se dizer que é um japonês, mas pelo nome vai-se ver que não tem nada de japonês.

Vejo essa possibilidade de o índio ter essas condições sem perder a sua identidade cultural, que eu consegui recuperar. Durante toda minha vida escondi a condição de índio, mas conquistando, paralelo a essa recusa de querer ser índio, muita coisa que talvez como índio eu não tivesse conquistado. O trabalho que procuramos fazer com os índios jovens agora é exatamente dizer para eles: vocês têm um valor. Agora vocês têm que fazer valer isso diante da sociedade. Falamos para as pessoas que geralmente trabalham com o índio, ou gostam do índio, ou que sentem certa emoção quando vêem um índio: vocês não podem ter dó do índio, vocês têm que olhar para o índio como se ele fosse uma pessoa qualquer. Ele está vivendo um estágio que talvez nós próprios, aqui, em pleno século XX, tenhamos vivido muito tempo atrás, que inclusive o próprio FMI atua dessa forma com os brasileiros, para se ver como é o processo.

Então, o trabalho que se procura fazer com os índios é um processo de conquista. Se amanhã ele terminar o 2º grau, vai fazer jus ao título de elemento de curso secundário, se ele se formar, independente da condição de ele ser índio.

A tutela, sim. Não posso, por exemplo, abrir mão da tutela, mesmo que seja só papel. Não dependo da FUNAI, mas não posso abrir mão da tutela, exatamente pelo vínculo que ela tem do fato de ser índio. Senão deixo de ser índio. Aí não sou mais filho da minha mãe, não sou mais filho do meu pai e, conseqüentemente, não faço mais parte da comunidade Terena. Se não faço mais parte da comunidade Terena, não faço jus a um somatório de forças para segurar a terra. A terra está muito ligada à questão da tutela. Na verdade, a terra indígena não é indígena, a terra é da União. Na verdade, os índios são posseiros do Estado, enquanto índios. A legislação mesmo diz. A Presidência da República, após avaliação pode emancipar uma comunidade toda, mas ninguém diz: essa comunidade vai para onde? Isso não se diz, não está escrito.

A questão da tutela funcionaria mais ou menos como um meio de defesa, não necessariamente de dependência. É lógico, quando citei aquele exemplo da corrupção, isso é algo marcante dentro do órgão tutelar. Diria até mesmo que não é a FUNAI quem faz isso, mas os elementos que estão infiltrados dentro da FUNAI, para trabalhar contra o processo de conquista das comunidades indígenas.

PARTICIPANTE – Falou-se das esquerdas também. Outra coisa que queria que respondesse, naquele negócio da folclorização. Tenho a impressão de que esse problema de as esquerdas ignorarem o negro, ou a própria questão do negro, é uma questão histórica, porque nem Marx falou no negro. Aliás, ele era racista. Se se for pegar desse jeito, vai-se ver que de lá para cá ninguém falou do negro. Tenho a impressão de que a própria questão de formação de partido político, a própria questão dos partidos políticos, se baseia nisso, já que tudo isso é baseado em cima do marxismo. Marx não falou dos negros. Ele separou burgueses e proletários, pronto. Daí, onde é que se encaixa o negro nisso?

LÉLIA GONZALEZ – (Início inaudível) – Em termos do próprio português falado no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, pega-se uma faixa dos falares brasileiros, são profundamente africanizados.

A meu ver, em termos de uma formação cultural brasileira, sobretudo em termos dessa região de que estou falando, houve internacionalização de uma negritude. De repente, a figura da mãe preta na cabeça dos brancos é um negócio muito forte. Foi justamente ela que passou isso aí de a gente falar português. Inventei esta expressão de que no Brasil falamos é “pretuguês”. Não falamos português, porque, se falássemos português, teríamos outro sotaque, evidentemente.

A questão da folclorização está, evidentemente, em cima da apropriação. Relega-se a condição de um folclore, mas se apropria, em termos de exploração econômica dessa produção cultural, e está aí: o carnaval do Rio, da Bahia. O mesmo acontece no Caribe. Veja-se o carnaval do Caribe. É o crioulo que segura esses carnavais todos. A impressão racial permanece e a inspiração econômica está lá. Evidentemente que não estamos aqui também para renunciar a certos códigos culturais, a certos valores culturais que temos. Não é pelo fato de eu ser crioulo que tenho que dançar samba. Por aí é que passa, por exemplo, uma incompreensão das esquerdas com relação ao movimento *soul* quando surgiu no Rio de Janeiro, em São Paulo, com relação a esse *break*, que neguinho fica achando que tudo isso é questão de imperialismo, quando a negrada assume: aí está vendo, são uns alienados. têm que dançar samba. Não é por aí. Essa questão dos valores culturais negros tem que ser entendida exatamente como o Terena colocou: olho no olho, de igual para igual. Evidentemente, não é pelo fato de o branco, pelo sistema, folclorizar a nossa cultura que vamos renunciar a essa cultura. Muito pelo contrário. Permanecemos e defendemos esses valores culturais.

Com relação ao Rio de Janeiro, como eu disse, não é só Rio de Janeiro. Não. É o Brasil inteiro. Se se vai ao Rio Grande do Sul, vê-se crioulinho sentado de um lado e branquinho sentado do outro. No Rio, apenas porque o carioca é mais fácil de expressão, joga suas expressões todas, aliás, muito negras. Então, a coisa fica mais explicitada.

PARTICIPANTE – Só queria endossar essa questão do camuflamento do preconceito racial, porque, numa jornada de comunicação, com diretores de propaganda, numa faculdade de Brasília, onde estava presente, essa questão do negro foi levantada e falei: se vocês estão negando a questão racial, me expliquem por que na propaganda do Neston chocolate aparece, num primeiro plano, um garoto negro. Quer dizer, isso está diretamente associado ao chocolate.

Outra observação – sobre a corrida de Kyalami, na época em que estava no auge a briga do *apartheid* quando o Itamaraty fez um apelo ao Ayrton Senna e ao Nelson Piquet para que não participassem da corrida e ambos se negaram a aceitar a recomendação.

Era só no sentido de ilustração, para dizer que isso existe realmente.

Uma pergunta ao Terena. Na sala de aula nos foi levado um antropólogo e, posteriormente, um jornalista-fotógrafo que fotografou e filmou a dança, o Quarup, o ritual do Quarup no Xingu. Ele mostrou um índio andando de bicicleta com um *headphone* nos ouvidos e ainda brincou conosco: vocês sabem quem ele está ouvindo? Ele está ouvindo aquele cantor inglês, o Ritchie. Um índio andando de bicicleta, ouvindo um cantor inglês.

Como esse jornalista não era antropólogo, porque o antropólogo fora anteriormente, não soube dar uma explicação de até que ponto essa culturação e prejudicial ao índio.

Existe uma preocupação de pessoas como você, que estão fora, no sentido de conscientizar esses índios de que isso pode ser um mal, – e aqui a pergunta: até que ponto isso é prejudicial à cultura indígena.

LÉLIA GONZALEZ – No que diz respeito a essa exaltação, não do traseiro não, é bunda mesmo, porque quem fala traseiro é português. Com muito medo, falamos bumbum, bumbunzinho, etc. Faz parte dos valores desse emaranhado chamado Brasil. E é uma contribuição efetiva do negro, e que está em cima da sexualidade – a questão de uma sexualidade brasileira ainda não foi devidamente levantada, estudada e discutida – e em cima de uma série de questões.

Com relação à questão da publicidade, nesse livrinho que temos juntos, o Carlos Hosenbalg e eu, o Carlos tem um artigo justamente sobre a questão do negro na publicidade. Se conseguirmos um exemplar lá no Rio, mandaremos para a Universidade de Brasília, pois o livro já está esgotado, foi de 82. A análise que o Carlos faz é das mais interessantes. É importante ressaltar os avanços havidos neste sentido. Por exemplo, quando se vê novela tipo “Corpo a Corpo”, minha visão foi que só os brancos é que sabiam da questão racial, porque o criouleur não sabia de nada, eram os brancos que falavam e o criouleur aceitava tranqüilamente. Em “Tenda dos Milagres” houve uma tentativa, mas sempre de apontar para o gueto: está vendo como eles são bonitos... Uma tentativa, em certo sentido, que acabou até folclorizando: é tão bonito, maravilhoso, extraordinário, etc., mas houve – a meu ver – uma guetização e um pouco de folclorização, embora tenha gostado muito da série.

MARCOS TERENA – Já estou considerando todos aqui como aliados dessas questões indígenas e, inclusive, me coloco à sua disposição.

Estou trabalhando dentro do Ministério da Cultura, mas procuro sempre me colocar mais como um índio do que propriamente o assessor de um ministro. Inclusive, às vezes o Carlos Moura me dá uns toques, me diz: olha, você tem que ir lá ao gabinete... Não, é preferível ficar junto com o nosso povo, o nosso pessoal.

Então, me coloco à disposição de vocês no Ministério da Cultura, num trabalho de troca de idéias, porque precisamos disso, eu particularmente preciso disso, pois não é todo dia que estou em contato com os índios, com as comunidades indígenas. Portanto, é necessário conversar com pessoas identificadas com essa causa.

Com relação ao que você falou, realmente é uma verdade. O rádio tem um poder muito grande de comunicação no interior do País.

Como eu disse, vivi muito na Amazônia e o que ouvia muito lá era a Radio Nacional da Amazônia. Esse meio de comunicação chega a aldeia de diversas formas. Não há como se evitar que o índio agora, às seis e meia, esteja ouvindo Milionario e José Rico na rádio de Goiânia, ou Roberto Carlos na Radio Bandeirantes, porque o poder de comunicação já está chegando lá e o índio já tem o radinho de pilha. Também serve como dado para que consideremos, comecemos a avaliar o índio de maneira diferente. Não trato com o índio. Tínhamos proposto à “Voz do Brasil” dessa oportunidade para nós – até selecionei quatro índios estudantes, um carajá, um terena, um xavante e um caiapo – de falar na nossa língua, durante cinco minutos que, desse espaço para nós. O que aconteceu? O elemento com quem estávamos tratando foi afastado da programação. Por quê? Porque podia ser perigoso. Que informação que você vai dar? Da mesma forma que chega lá o Michael Jackson cantando... Fui a uma aldeia e ouvi o Michael Jackson cantando. Por que não poderíamos chegar lá, o próprio índio que está estudando aqui em Brasília. Por exemplo, um carajá falando na língua dele, quem sabe um fundo musical, aí aquele índio... Tivemos essa experiência na “Semana da Independência”? Era: “A Independência é a Gente que Faz”. Traduzimos isso na nossa língua, a independência a gente que faz, a gente dizendo isso.

Teve uma repercussão boa. No entanto, os analistas da questão ficaram preocupados com isso.

Está chegando esse informe aos índios. Temos que saber conduzir, saber trabalhar essas informações, para que o índio realmente não se corrompa também através dos meios de comunicação.

PARTICIPANTE – Não sei se estou cometendo um pecado aqui.

A discussão já se realizou bastante em termos políticos. É normal, visto que os representantes das próprias minorias estão aqui.

Focalizarei a questão por um outro lado, pensando muito num texto que li hoje, da Eunice Paiva, publicado no “O Índio e a Cidadania”, pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, em que ela chama a atenção para uma definição de conceitos, que, antes de qualquer coisa, temos que definir os conceitos, para que as coisas se encaminhem politicamente com certa coerência.

Penso, então, no conceito de cidadania, antes de qualquer coisa.

O conceito de cidadania está altamente atrelado ao conceito de igualdade, e esse conceito, é extremamente monolítico, não à igualdade de oportunidade, mas a uma igualdade que pressupõe uma falta de diversidade. É isso muito ligado às nossas próprias representações de horror ao diverso.

De repente a nossa sociedade pensa, como a maioria delas, como uma coisa única e num estado “x”, em que as outras têm que chegar até ela. A partir daí é que vem a estratégica delegação da cidadania das minorias.

Então, por que as minorias não têm um estatuto de cidadania definida? Exatamente por causa disso: porque são minorias, a manipulação das características dessa minoria faz com que se garanta essa reprodução da não cidadanização da coisa. Por aí vai a folclorização, o elogio a cultura material, como vemos: vai-se falar sobre índio, numa exposição sobre índio, só vê cultura material, não se vê mais nada. E aí até a segregação. Quando a coisa não tem mais jeito, então segrega.

O grande conceito que tem que ser redefinido os critérios de identificação étnica. É aquele negócio: o que é índio; e o que é negro? É ter uma pele negra, ou ser índio é se ter um arco e flexa, e não poder ouvir um rádio de pilha? Não é por aí. Penso neste sentido. A questão política toda tem que ser repensada no sentido de se definir e realmente se fechar: a questão da identificação étnica – o que é uma etnia?

Penso muito na questão da mulher também. Tentaria não modificar aquele esquema do da Matta, mas coloca-lo num plano espacial, que branco é o branco adulto e normal. A mulher deve estar numa pontinha mais para cá e, de repente...

PARTICIPANTE – Mas ela está logo ali embaixo.

PARTICIPANTE – É logo ali embaixo, exatamente. A mulher branca, a mulher negra estão mais para baixo do que o homem negro.

A luta política das mulheres passou a ser uma luta conseqüente, não sei até que ponto, porque se esta no meio da coisa ainda, a partir do momento em que se definiu o conceito – o que é ser mulher? Parece que a coisa está muito mais explícita do que o que ser negro, o que é ser índio. Inclusive coisa que não interessa para ninguém, no caso, no *status* estabelecido.

Neste sentido, a questão toda passa por uma redefinição do conceito de etnicidade e de identidade étnica.

LÉLIA GONZALEZ – Coloco uma questão, já posta ontem, na debate da manhã, aqui, pelo companheiro José Geraldo de Souza Junior, da UnB, debate que foi extremamente rico.

Com relação à questão da cidadania, ele chamou atenção para um aspecto: discutiu-se muito a questão da cidadania, temos o lance do trabalhador. Há necessidade de uma cidadania plena. Por exemplo, em termos do pessoal, do trabalhador de ponta, foi o companheiro Lúcio Antônio, da Comissão de Fábrica da Ford, que colocou a questão em termos de cidadania dentro da fábrica, inclusive questionando a questão do partido político e dos sindicatos. A discussão foi muito rica neste sentido. O que se colocou foi a busca de uma cidadania plena, ou seja, a civil, que está aí no papel: somos todos iguais... A social e a política se coloca em três níveis, segundo o companheiro Werneck também já tinha chamado a

atenção. Ele chamou a atenção sobre a cidadania regulada. José Geraldo chamou a atenção para que a questão da cidadania, passa, inclusive, por uma redefinição do paradigma legal imposto a nós pela ordem burguesa. Não podemos esquecer que, como colocou o Leôncio, a questão dos direitos da cidadania, etc. foi posta pela burguesia. Não há dúvida. Historicamente foi a primeira classe a colocar a questão dos seus direitos. No nosso caso, num momento como este, num momento de transição para a democracia, esses papos todos, temos que nos redefinir, em função do paradigma que nos foi imposto. E esse paradigma, segundo ele, se não entendi mal, diz respeito à questão do desenvolvimento do progresso e da legalidade, o que temos que contrapor. Tive oportunidade de ver companheiros da Nicarágua, num Congresso Mundial em Roma, já contrapondo à noção de desenvolvimento e de progresso, que foi jogada lá do norte para cá, inclusive questionando – nós, mulheres, em Nairobi também o fizemos – que desenvolvimento e que progresso é esse, que para nós significou danos terríveis?! Lembro-me de companheiros da América Central, sobretudo da Nicarágua, colocando uma reversão nessa questão, quando dizia: nós vimos de um outro mundo, um mundo diferente do de vocês. Já virando de cabeça para baixo, exatamente aquilo para o que você havia chamado a atenção, no sentido de uma revolução dentro de uma sociedade, transformação profunda dentro de uma sociedade. A coisa passa por aí, nesta contraposição – deixa-me achar aqui, que foi um “barato” a colocação que ele fez –, no sentido da oposição entre legalidade e legitimidade. A nossa briga é em termos de legitimidade, que a legalidade está imposta. No nosso caso, então, a Lei Afonso Arinos está mostando para que serve, portanto, para a conquista de uma cidadania plena. Temos que repensar estes três níveis: o civil, o social e o político. Evidente. Quando se está colocando o social, já se está apontando para o ideológico. Por isso, em certo sentido, estou de acordo com o Carlos, que esta Constituinte que está vindo aí... A proposta, na verdade, é de organização. Temos que nos organizar enquanto povo, enquanto cidadãos de quinta, de sexta e de sétima categoria, como é o nosso caso, para tentar fazer avançar estas questões.

A questão da identidade está evidentemente relacionada com este ponto. Não sei se você esteve hoje de manhã aqui, na discussão da mulher. Houve colocações muito mais concretas em termos de Constituinte, em termos disso, daquilo, etc., mas há um detalhe fundamental a ser colocado. A questão da mulher, por exemplo, foi muito bem recebida pelo sistema. O sistema abriu espaços, abriu os braços, etc. Não estou negando a luta do Movimento, inclusive faço parte dele. No entanto, não esqueçamos que esse Movimento é originário de que extrações de classe? Classe média branca. Então, portas abertas.

No caso das etnias, “o buraco é muito mais embaixo”, porque não há interesse em se discutir essa questão. Sofremos, pela leitura desse texto, a

negação, a vergonha de ser negro, que perpassa na leitura desse texto. É negócio sério.

A construção desta identidade é um projeto, pelo qual o Movimento Negro é, sem sombra de dúvida, o grande responsável e tem que perpassar por toda a sociedade brasileira.

PARTICIPANTE – Só para complementar aquilo que a professora Lélia falou na sua exposição inicial, sobre a questão do *continuum* da cor no Brasil, que, em princípio, representaria uma fragmentação da identidade racial. Isso na cabeça da pessoa funciona, pelo menos na dos seus militantes. Há o problema de redefinição de identidade do próprio negro – quem é negro, quem é branco no Brasil. O próprio grupo negro tem que trabalhar em cima dessa redefinição de identidade. Há ainda outro problema, o problema de quem é tratado como negro no Brasil. Então, o pressuposto é nosso. Até escrevi no livro, e também Degler em seu livro – “Nem preto, Nem branco”, a tese dele, que diferencia Brasil e Estados Unidos, a existência do mulato, e furava. E furava em que sentido? Essa coisa de que mulato é mestiço, uma posição intermediária entre negro e branco.

Do ponto de vista de direção de possibilidades, esse grupo recebe tratamento homogêneo na sociedade.

Pensei exatamente nessa questão toda, inclusive na questão do índio genérico e tal, aquela coisa: o que é o índio no Brasil? Existe o índio, existem sociedades indígenas.

COORDENADOR – Com a palavra, primeiramente, o sr. José Carlos e, a seguir, o sr. Edson Lopes Cardoso.

JOSÉ CARLOS – As pessoas foram falando, então, de repente, sintetizando, vou precisar fazer três colocações. Prometo que serei breve.

Meu nome é José Carlos, sou da Secretaria do Negro do PDT-DF. Sou também do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Nanibia, bem como pertencço ao Centro de Tradições Populares, entidade que milita culturalmente no Movimento Negro, em Brasília, desde 1973.

A primeira colocação é de ordem pessoal. Vou começar por ela, que é sobre a colocação do Edson.

Em Brasília muitas outras entidades militam no Movimento Negro, e não se constituem somente na Comissão do Negro do PT. Conheço muitas pessoas da Comissão do Negro do PT e sei que as colocações do Edson, na verdade, não refletem o pensamento do conjunto que compõe essa Comissão. Realmente observamos que muitas pessoas que lá estão vêem a coisa num nível muito semelhante ao que as outras entidades estão vendo. Na verdade, temos de admitir que o processo do Movimento Negro que se verifica hoje no Brasil não deixa de ser o resultado já conseguido pela MNU

a partir de 1978, na medida em que o Movimento Negro Unificado se propôs a integrar todo esse trabalho que estava pulverizado. Isso tudo vem no bojo de uma política violenta sobre o que não nos cabe agora tecer comentários.

Como militante negro, e participando de dois tipos de entidades bastante diferentes – uma eminentemente social e cultural; outra eminentemente política – temos de convir que o nosso pensamento não difere muito desse trabalho inicial. É óbvio que cada um, procurando mover a questão de acordo com as suas particularidades, tem tentado desenvolver trabalhos que estão realmente no bojo dessas idéias.

Dai não me surpreendem as colocações do Edson, até mesmo quando procura induzir as pessoas aqui presentes de que só temos Movimento Negro, na Comissão do Negro no PT, e, mais ainda, que todas as entidades que militam no Movimento Negro têm que fazer a coisa a nível partidário.

As pessoas devem trabalhar de acordo com aquilo que mais lhes convém, pessoas e entidades.

Só lembro que existem outras entidades. Não gostaria de listá-las aqui, não é o caso.

A segunda colocação, que considero realmente interessante: a questão da educação.

Obtivemos agora, recentemente, em Salvador, uma conquista muito importante para o Movimento Negro como um todo, no sentido de que as escolas de 1º e 2º graus tenham já em seus currículos matérias que versam sobre a situação do negro no Brasil, onde vamos falar de um continente chamado África, onde vamos falar de heróis que hoje já temos, como Zumbi e podemos lembrar de vários outros, como, por exemplo, Dom Cosme Bento das Chagas, uma das pessoas que comandou a Balaiada, e tantas outras. Na verdade, devemos recriar nossos heróis. Certamente poderemos conseguir isso.

Tenho uma grande dúvida com relação à questão na medida em que o material humano que vai ser utilizado para repassar toda essa coisa seja um material humano que não esteja efetivamente nas mãos da comunidade negra. Na medida em que esse material humano venha da universidade, e essa universidade é eminentemente branca. Ou seja, são pessoas que não têm um vínculo forte com toda a realidade da comunidade negra. Essas pessoas, neste momento, estão num laboratório qualquer da UFBA, estão lhes ensinando o que é candomblé, o que é tambor de crioulo, o que é bumba-meu-boi etc., para que essas pessoas venham ensinar nossos filhos.

Então, isto me preocupa, na medida em que, até com certo desespero, ouço uma pessoa por quem tenho uma grande admiração, a professora Lélia dizer que, durante uma grande fase de sua vida, foi uma pessoa travestida. Óbvio que não nos cabe também discutir, porque esse travestimento ocorreu à sua revelia. No meu caso particular, não tive essa “oportunidade”, pois nasci numa família...

LÉLIA GONZALEZ – Você é baiano?

JOSÉ CARLOS – Não, não sou baiano. Sou maranhense. Sou filho de um grande amigo do dr. Roque: o Teodoro.

Não tive essa “oportunidade”, à medida em que nasci numa família em que talvez o primeiro som ouvido tinha sido o tambor de crioulo – tambores, tambores e tambores...

Preocupa-me exatamente porque vejo no meu pai um professor, uma pessoa que poderia estar nesse esquema e, de repente, essa pessoa vai ser colocada à margem, e hoje já está à margem desse processo. Isso é um absurdo, na medida em que temos milhares de professores em potencial, que poderiam ir para as escolas e repassar esse conhecimento que adquirem naturalmente em todo o seu processo. Realmente me preocupa bastante.

Outro tópico, ainda dentro deste assunto.

Sou praticante de capoeira. Em Brasília, se está fazendo um movimento no sentido de se introduzir a capoeira como disciplina da escola de 2º Grau. Agora vejam o absurdo. A Fundação Educacional assinou um convênio junto com a Faculdade de Educação Física do Distrito Federal, que é a Dom Bosco. Então, as pessoas vão ler um livro e falar de capoeira para esses alunos de Educação Física, que são, via de regra, filhos de generais e – um detalhe – pessoas da classe média para a alta. Essas pessoas estão fazendo esse curso e sabem que vão ficar desempregadas, porque o último concurso para professor de Educação Física ocorrido no DF foi há dois anos, e há mais de 100 pessoas que ainda não foram chamadas.

Rapidamente já estão criando uma equipe de trabalho para esses elementos, usando o quê? A pretexto de não ser a capoeira importante, etc. e tal. Isso nos preocupa de mais, pois, sendo capoeirista, não vivo da capoeira. Sou estatístico e matemático, e trabalho no Banco Central. Então, não usaria isso jamais. Jogo capoeira apenas como um esporte lúdico, para me divertir, mas tenho muitos irmãos que praticam capoeira de forma maravilhosa e esta seria agora a grande oportunidade de eles participarem de um processo, e outras pessoas vão para lá ensinar capoeira. Elas não têm que possuir diploma de curso superior. Por quê? Simplesmente vão ensinar capoeira. Talvez fosse impossível se fazer um trabalho com essas pessoas a nível didático e outras coisas aí que não gostaria de fazer comentários. É um absurdo tremendo.

De repente, começam a ver um modismo, um novo modismo do negro no Brasil. Podemos considerar como modismo também a época de 1930. A década de 30, o Hasenbalg já falou, foi também um grande *boom*. Agora a coisa começa. Já se vê falar do negro em novelas, já se vê falar do negro em programas de rádio, e tantas outras coisas. Hoje conseguimos até unir negros e índios num debate. Antigamente debate de Antropologia e Sociologia era exclusivamente para índio. Índio, índio e índio. Hoje já se consegue fazer isso.

Para finalizar, sobre a falação do Hasenbalg considerando que sou estatístico, e foi muito interessante para mim, já que ele apresentou bastantes dados de estatística. Só lembro o seguinte: com relação a esse binômio, a essa diferença entre salário da pessoa branca e o da pessoa negra, essa preocupação que teríamos, até mesmo no sentido de se igualarem. Isso ainda não é suficiente, porque se igualam, fazem leis e decretos determinando que os salários são iguais para todos, daí o padrão simplesmente resolve não dar o emprego para pessoas negras. Ele começa a utilizar aquela velha tática: boa aparência – “precisa-se de pessoas de boa aparência” – e vai embora.

Lembro aqui que o deputado Abdias do Nascimento, um militante negro de toda vida, vem tramitando no Congresso, neste momento, vários projetos. Ressaltaria somente um, o projeto que versa sobre a isonomia. Ele propõe que as empresas tenham empregados a nível proporcional, de acordo com a etnia. Se o IBGE, ele sabe que é mentira, mesmo assim diz que somos 45%, então, simplesmente, cada empresa teria que ter 45% de empregados negros. Algumas pessoas dizem que isso aí é paternalismo, etc., etc., mas ainda é o mais lógico.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Só um comentário sobre o que o José Carlos falou.

Realmente não tinha reconhecido o filho de um colega nosso, que é o Teodoro, uma pessoa muito preocupada com o problema do negro e com a manutenção viva da tradição negra. Não a tradição, mas o que realmente é vivo ainda. De certa forma o José Carlos foi um pouco otimista, quando disse que na Bahia quem vai ensinar essas coisas serão as pessoas que vêm da universidade.

A questão principal do racismo – e a minha observação é geralmente do lado da questão indígena, que é a minha área –, os meus filhos, que são filhos de antropólogo que sempre estudou índio, vão para a escola primária e voltam com o preconceito contra o índio. Esse preconceito é dado pelas professoras primárias, que são pessoas que não vão à universidade, são pessoas que vão à escola normal apenas, e que, no Dia do Índio, falam uma quantidade enorme de baboseiras, a tal ponto que registramos um fato aqui, em Brasília: um menino perguntou a uma professora primária da rede oficial sobre o índio. Ela falou: mas, menino que vergonha! No Brasil não existe mais índio há tanto tempo...

Só podemos combater o racismo, aí concordo com você, através de um processo de educação. Eu não saberia dizer como, mas se a escola primária continua transmitindo idéias erradas a respeito do índio, do negro e de muitas outras coisas, não vamos corrigir nunca. Mesmo que tenha dentro de casa uma prática anti-racista, não vamos conseguir eliminar esse preconceito.

LÉLIA GONZALEZ – Um exemplo sobre experiência que está sendo realizada na Bahia. Não é por acaso essa reivindicação, pintou lá também fazia parte do programa do Movimento Negro no Estado: a experiência da minicomunidade “obabii”, lá no “Ibiagé Apojóá”. As crianças da comunidade passaram a render muito mais na escola pública depois que esse processo começou a se desenvolver ali. Quando na escola pública há lance do “Dia dos Pais”, ou “Dia das Mães”, aí já começa a perda de identidade para eles. Aparece a mãe branca, o pai executivo, ou coisas que tais, na escola. A tentativa foi justamente trazer isso para dentro dos valores do caso do candomblé. “Dia das Mães”: então, as grandes mães, Oxum, Iemanjá, etc., e as crianças constroem instrumentos, aprendem a tocar. Essa experiência tem poucos anos, cinco anos talvez. O caso do folclore, chega a “Semana do Folclore”, como sofremos. Exatamente nas escolas falar do negro... “Semana do Folclore” é com a gente mesmo. Essas crianças já começaram a questionar as próprias professoras. É muito interessante percebermos uma iniciativa por parte do pessoal da comunidade, mas exige dinheiro, exige pagamento de professores. Aconteceu um fenômeno muito interessante em termos da minicomunidade. As moças negras, professoras primárias, se negavam a trabalhar na minicomunidade “obabii”. Elas queriam dar aulas em outras escolas, naquela escola ali não. Vejam a questão da internalização do racismo. A questão da educação é realmente muito séria, e, quando José Carlos se refere à questão da capoeira, é a célebre apropriação que se vai fazendo. Eu estou cansada de ver. Por exemplo, em Nova Iorque há escola de capoeira e dança afro. Em Nova Iorque há neguinho que está ganhando dólar com isso à beça. Amanhã vão chegar os americanos aqui para dar aulas de capoeira para nós. Chegarão aqui, na Universidade de Brasília, e estabelecerão pós-graduação em capoeira, etc., e ficamos aqui, de bobo, olhando.

Esse tipo de apropriação da nossa produção cultural é típico dessa estrutura para a qual chamamos a atenção. É hierárquico, cada macaco no seu galho. Sua preocupação é da maior importância. Cabe a nós, militantes do Movimento Negro, tentar exatamente articular uma estratégia política, no sentido de atuar dentro do processo educacional. Não há dúvida. Daí a importância. É contraditório, é terrível.

PARTICIPANTE – Mas é lógico. O resto não interessa muito não. A escola é discriminadora mesmo. Faz esporte, joga futebol ... A escola é um lugar de prazer e de lazer, porque a minha escola, a nossa escola era um saco. A questão da educação é muito séria. No caso de militância, para você ver, fui à casa de uma das autoras do livro. Ela me apresentou as suas crianças: olha, essa moça aqui é amiga da mamãe ... As crianças: você não é amiga da mamãe coisa nenhuma, você é feia. – Mas por que eu sou feia? – Você é preta. Você só pode ser amiga da fulana – a fulana é a empregada.

A coisa está aí muito entranhada, é uma luta muito séria que temos, no sentido de construção dessa identidade, e de um trabalho, de uma prática conseqüente.

JOSÉ CARLOS – A minha intervenção se dirige no sentido desse esquema do Hasenbalg. Sem querer partidizar a questão PT *versus* PDT, lembro que na minha fala não disse que só existia em Brasília a Comissão do Negro no PT. Não disse isso.

LÉLIA GONZALEZ – Disse que pertencia antes.

JOSÉ CARLOS – Exato. São coisas bem diferentes.

Essa questão, a fala do companheiro aqui, essa questão de identidade, de ser necessário, para operacionalizar politicamente com mais eficácia, conceituar, se a realidade é essa que está naquele gráfico, a questão da identidade passa por um processo que está diretamente relacionado com a questão do poder. A posição que ali está é branca. Na verdade, tem-se essa posição. Mas o que se tem claramente? Ligada à questão da identidade, tem-se a questão do modo de produção e da exploração de uma força de trabalho concreta. Ele está ali. Ele, o negro, é a base do País. Claro que qualquer discussão de identidade está relacionada com a questão de poder. Para mim, não interessa qual seja o documento, de qual segmento do Movimento Negro, qualquer específico que esteja sendo colocado. O Movimento Negro, no Brasil, realmente, o que quer é poder. Se desviarmos para conceitos de identidade distantes dessa luta pelo poder, é uma armadilha. Vejo a questão da identidade como questão do poder. Para nós, uma exigência obrigatória é a questão do poder.

Por que colocamos desta forma? Venho do I Encontro de Negros da Periferia de Salvador, realizado em outubro, e o movimento de Salvador é bastante avançado. Assim como o PDT do Rio é uma coisa, o PDT de Brasília é outra. O PT de São Paulo, o PT do Rio, em relação à Comissão do Negro, é um, em Brasília é outro. O Movimento Negro Unificado do DF é uma coisa, o Movimento Negro Unificado de Salvador é outra, estava realizando um Encontro de Negros da Periferia, com negros da periferia de verdade. Estávamos numa sala de aula, e grupos de poesia negros recitaram alguns poemas muito bonitos. Havia na sala a noção exata de um único corpo, uma identidade profunda de todas as pessoas que estavam na sala. No final, o grupo pediu a libertação de Nelson Mandela. Quando nos levantamos para aplaudir, muita gente até chorando, pedimos também a libertação do nosso corpo negro aqui, naquele momento. Depois de tudo isso, sentamos para discutir os negros e os partidos políticos. Aí, de repente, o corpo não era mais um. Por quê? porque há segmentos do Movimento Negro que insistem ainda em discutir se devem ou não apoiar um candidato do PDS, quando já estamos num estágio claro, muito claro, de que temos a

ver com quem está comprometido com a transformação da realidade brasileira. Há um *a priori* no Movimento Negro. O negro é pobre. Esse *a priori* é dado que tem que começar qualquer discussão, não vou voltar a discutir mais qual é o partido que está empenhado realmente em transformar a sociedade brasileira. A partir daí discuto se estou com ele ou não. Para o negro não existe outro espaço. Individualmente tem como indivíduo que deixa de ser negro, mas, como perspectiva coletiva, ele está à esquerda, quer queira, quer não.

Então, queria chamar a atenção. Não sei se interessa ao Carlos responder se essa questão da identidade, com a clivagem que está ali, não passa necessariamente pela questão do poder.

CARLOS HASENBALG – Sem dúvida alguma.

O problema é que passa pelo poder, sim. Um dos instrumentos de poder que tem sido utilizado como mecanismo de dominação racial no Brasil é justamente a fragmentação da identidade racial. Se se consegue reunificar com base nesse dado objetivo, pode-se criar uma identidade negra, que é um pré-requisito para o poder. Ou seja, foi justamente essa fragmentação de identidade racial um dos mecanismos de dominação e manipulação exercidos sobre o negro. Então, se se tem um dado objetivo, em termos de estratificação e desigualdades, tal como esse, esse dado objetivo leva a pensar uma estratégia de redefinição de identidade não fragmentada, que obviamente é o pré-requisito para a questão do poder, que se está colocando. Vejo a questão por este lado. Redefinir identidade para mestiço, mulato claro, etc. Não acho que estejam melhor que o negro, e que, portanto, a sua estratégia tem que ser o individualismo competitivo e, para subir na vida, casar com mulher branca, ter filhos que vão ser brancos, etc. Sair dessa ilusão de que o mestiço e o mulato está melhor do que o negro. Quando o mestiço ou o mulato passa a pensar como negro, em função desse dado objetivo, aí muda a situação política. Essa questão de identidade é uma questão política.

PARTICIPANTE – Desejava saber como vêm a campanha que se faz contra o Juruna?

EUNICE PAIVA – É algo complicado. O Juruna, sem dúvida, teve papel importantíssimo na luta pelos direitos indígenas. As pessoas que acompanharam sabem. Ele era aquele que ia de gravador em punho e pegava as autoridades em contradição, em mentiras deslavadas, e depois cobrava. Começou a vir a Brasília e, de perto, reclamava os direitos da sua comunidade. Teve papel muito importante para que, de repente, as pessoas comessem a perceber que existiam os índios e que eles estavam ali, que as terras não estavam sendo demarcadas, estavam sendo espoliadas. Juruna

foi a Genebra, falou numa Assembléia Internacional de Direitos Humanos; é importantíssimo.

Acontece que, de repente, o Juruna é deputado. Aí está um pouco aquela história que ouvimos falar do problema negro. Também nessa altura, estão sentindo uma espécie de colonização, de uma influência muito grande.

É muito complicado, a esta altura, fazer críticas ao Juruna por isso ter acontecido, porque não sei até que ponto ele tinha defesas contra isso.

Ele continua na Câmara Federal, ele luta pelos seus irmãos. Enfim, ele criou a Comissão do Índio, que foi algo dele. Essa Comissão tem um papel importantíssimo. É uma Comissão Permanente da Câmara Federal, que não consegue trabalhar mais, porque ele é o único deputado índio, e os outros deputados não se interessam tanto com o trabalho da Comissão porque índio não é eleitor. No total, o número de índios talvez seja um pouco mais do que 200 mil. Daí pode-se extrair, no máximo, 15 eleitores, porque aí está tudo: mulher, criança, tudo. São duzentos e poucos mil, espalhados pelo Brasil inteiro. Não há um núcleo numa cidade, um contingente eleitorado de índios numa cidade, num local, onde alguém possa contar com esse eleitor. Na realidade, o Juruna foi eleito por eleitores do Rio de Janeiro, não foi eleito por índios, embora o trabalho parlamentar dele seja em defesa dos interesses indígenas. Ele tentou, tem um projeto de lei que já foi aprovado na Câmara, ainda não no Senado, que institui o Conselho de Lideranças Indígenas dentro da FUNAI. No começo era o Conselho de Lideranças Indígenas que esbarrou nisso que falei: se o índio não tem capacidade civil total, ele também não deve assumir, não assume, perante a lei, responsabilidade pelos seus atos. Então, como se vai ter pessoas dentro de um órgão do governo funcionando como funcionários, com poderes de administração, sem ser responsáveis pelo seus atos. Aí o próprio Juruna modificou o seu projeto e pôs pessoas de confiança dos índios e ligados...

COORDENADOR (Roque Laraia) – Declaro terminada esta sessão.

Uma outra questão prioritária: a cidadania do trabalhador rural. Isto significa ter direito à terra, ao uso da terra e aos frutos da terra. Questão polêmica, a reforma agrária será sem dúvida um dos temas em destaque na futura Assembléia Nacional Constituinte. No seminário *A Construção da Cidadania*, discute-se reforma agrária dentro de um sentido de redefinição da propriedade. Igualmente são discutidos outros temas polêmicos, como a questão étnica – a cidadania das minorias raciais –, a cidadania dos homossexuais, o planejamento familiar, a discussão em torno do aborto.

Alguns dos direitos de cidadania dizem respeito às liberdades individuais. É o caso da liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de fé, de propriedade, de acesso à Justiça. Existe ainda uma segunda classe de direitos: são os direitos políticos, votar, ser votado e participar politicamente da vida da nação. Surge agora uma terceira classe de direitos que começa a compor o quadro de uma cidadania econômica. É uma nova cidadania, ligada à representação social e política do trabalhador, que pressupõe os seus direitos na empresa, sua liberdade em criar e em participar de movimentos associativos e sindicais. Todas estas questões foram debatidas em seis longos painéis que são agora reproduzidos neste livro e que têm o mérito principal de mostrar a abrangência dos temas a serem levados à futura Assembléia Nacional Constituinte.

Construção da Cidadania, A



* 9 4 5 8 *

R\$ 29,00

ISBN 85-230-0211-1